



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 144

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 144

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Memorando..... 03

Comunicado..... 03

Designação..... 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Projeto de Lei Complementar 14

Pequeno Expediente:

Dep. Natálio Stica..... 17

Dep. José Domingos Scarpellini.... 17

Dep. Jocelito Canto..... 19

Dep. André Vargas 22

Dep. Barbosa Neto..... 22

Grande Expediente:

Dep. José Maria Ferreira..... 25

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 18

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães 31

Liderança do PT

Dep. Elton Carlos Welter 31

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto..... 23

Liderança do Governo

Dep. José Maria Ferreira..... 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão / Votação:

Redação Final 32

3ª Discussão 33

2ª Discussão 33

1ª Discussão 35

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 39

Publicações:

Atas de Comissões

Tomada de Contas..... 40

DIÁRIO Nº 144

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados André Vargas e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre

Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli e Waldir Leite (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos suspender a Sessão por cinco minutos, para procedermos uma solenidade, junto com as esposas dos Srs. Deputados, para acendermos as luzes da árvore de Natal.

Convido a todos os Srs. Parlamentares, para que nos dirijamos ao outro prédio.

Logo, dentro de no máximo cinco minutos, estaremos de volta.

Reaberta a Sessão, sob a Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 317 e 318/06, do Sr. Governador do Estado, em exercício, Orlando Pessuti, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

767/05: de autoria da Deputada Elza Correia que, institui o Programa Paranaização do Centro Cultural Teatro Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.312.

Anote-se - Arquite-se.

377/06: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, situado nesta Capital, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.313. **Anote-se - Arquite-se.**

Memorando

COMISSÃO ESPECIAL

Presidente: ÂNGELO VANHONI

Vice-Presidente: FRANCISCO BÜHRER

Relator: ALEXANDRE CURI

Membro: PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Membro: LUIZ CARLOS MARTINS

OITIVAS DO DIA 13 DE DEZEMBRO

Local: Sala de Reuniões da Presidência

HORÁRIO	CANDIDATO
10h00	Harry Avon
10h15	Antonio R. Hanauer
10h30	Augusto Canto Neto
10h45	Jorge A. de Souza
11h00	Waldemar J. Teodoro
11h15	Hermas Brandão

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) MESA EXECUTIVA

Comunicado

COMUNICADO

À Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

Senhores Deputados:

Na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa, e em vista da Sessão Especial para escolha do nome a ser indicado por esta Casa para Conselheiro do Tribunal de Contas e considerando minha inscrição para concorrer ao processo eletivo para preencher a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas.

- que nas legislações pertinentes, e também nas extravagantes, não se verifica qualquer impedimento que o Presidente do Poder Legislativo coloque seu nome à apreciação para concorrer à vaga mencionada;

- que, para bem guardar o pleito, não seria recomendável que nenhum dos candidatos presidisse os trabalhos na Sessão de votação para escolha do nome a ser indicado;

- ser desnecessário meu afastamento para participar do processo de escolha;

- o respeito aos demais Deputados e o espírito democrático, de imparcialidade e respeito às leis que sempre nortearam esta Presidência, e para se evitar poste-

rior argumentação de parcialidade ou suspeição na condução dos trabalhos.

Comunico à Mesa Diretora e aos nobres Deputados que estarei me ausentando da Presidência das Sessões, a partir deste momento até o final do processo de escolha do nome a ser indicado pelo Poder Legislativo para compor o Tribunal de Contas na vaga de Conselheiro, usando por analogia o disposto no artigo 21, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, a seguir transcrito:

Art. 21 ...

Parágrafo único. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini para representar esta Casa de Leis no Ibama - Procuradoria Geral do Incra e Câmara dos Deputados, nos dias 20, 21 e 22, na cidade de Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 542/06, que altera o anexo I, da Lei nº 14.825, de 12 de setembro de 2005, Regime T-40, professor auxiliar A do Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 367/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, item 15 da Ordem do Dia, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2836

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja reincluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 487/06, de sua autoria, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina, retirado por dez Sessões na 1ª Discussão, em 10 de maio de 2005 e que se encontra em Regime de Urgência, aprovado em 09.08.05.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2799

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira) para a votação da Mensagem nº 067/06, Projeto de Lei nº 550/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criar, na estrutura básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira) para a votação da Mensagem nº 068/06, Projeto de Lei nº 578/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS).

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 066/06, Projeto de Lei nº 546/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14.260/03) e aprova a tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente a 2007.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira) para a votação da Mensagem nº 065/05, Projeto de Lei nº 510/05, de autoria do Poder Executivo, que objetiva fixar em 21.047 militares o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 062/06, Projeto de Lei nº 483/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criar, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, o Núcleo de Repressão de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucrisa e o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde - Nucrisa.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 060/06, Projeto de Lei nº 481/06, de autoria do Poder Executivo, que alterar os dispositivos, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS).

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 055/06, Projeto de Lei nº

425/06, de autoria do Poder Executivo, que visa corrigir conflitos de interpretação entre a Lei Complementar Estadual nº 107, de 11 de janeiro de 2005 e outras normas legais de cunho específico.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 054/06, Projeto de Lei nº 424/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva adotar medidas efetivas destinadas à redução de custos pelo Estado do Paraná na persecução pela via judicial, dos seus créditos tributários ou não, inscritos na Dívida Ativa após 1º de setembro de 2006.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira), em Comissão Geral para a Mensagem nº 005/06, Projeto de Lei nº 003/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva extinguir na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOP) e criar, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM).

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André

Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 048/06, Projeto de Lei nº 363/06, de autoria do Poder Executivo, que visa a melhoria nos empreendimentos as quais evitarão cortes de energias programas e indisponibilidade acidental, dada a existência de novas linhas de transmissão, medida que beneficiará o consumidor paranaense tanto em termos de qualidade como, em última instância, de custo de energia.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Elza Correia, André Vargas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 2835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comparece perante V. Exa., para REQUERER, nos termos do artigo 38, do Regimento Interno, que a Assembléia Legislativa não entre em recesso parlamentar, enquanto o Plenário não se manifestar sobre o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Fazendas do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Amarildo Duarte, ocorrido no dia 07 de dezembro do corrente, na cidade de Foz do Iguaçu, bem como seja remetida mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade iguaçuense lamenta profundamente a morte do servidor da Prefeitura Municipal de Foz do

Iguaçu, Sr. Amarildo Duarte, ocorrido no último dia 07 de dezembro do corrente.

O Sr. Amarildo tinha 43 anos, era natural de Guaíra e residia em Foz do Iguaçu, onde era muito querido por seus familiares, amigos e funcionários daquela Prefeitura, e respeitado naquela comunidade, sempre dedicado ao trabalho e honrando o cargo que exercia.

Pela sua contribuição com a sociedade iguaçuense, como forma de reconhecimento daquela população registramos o seu passamento nos Anais desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Pedro, morador do município de Ibiporã, ocorrido neste dia 12.12.06. Solicito comunicar à família na Rua José Perete, 181 - Bloco 1 - Ap. 22 - Jd. Las Vegas - CEP 86200-000 - Ibiporã/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar de membro de família conceituada no município de Ibiporã.

REQUERIMENTO Nº 2800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Inácio Martins, alusivos à conquista do Campeonato Nacional de Fanfarras, na Categoria Infantil II, realizado em Mauá, Estado de São Paulo, no último dia 09 do corrente mês, pela Fanfarra do Colégio Estadual Parigot de Souza.

O município, através da Prefeitura Municipal, ofereceu todo o suporte para o desenvolvimento da atividade extra-curricular, possibilitando não somente a atual conquista, mas uma melhor formação de caráter e desenvolvimento sócio-cultural a todos os estudantes de Inácio Martins, especialmente àqueles participantes da Fanfarra do Colégio Estadual Parigot de Souza.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Sr. Silvino Pasqualim e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Jerson Toledo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal situada a Rua Sete de Setembro, nº 370, CEP. 85.155-000, Inácio Martins-PR e à Câmara Municipal, localizada a Rua Sete de Setembro, 291, CEP: 85.155-000, Inácio Martins-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2802

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao maringense, Odair Lima, por ter se consagrado campeão na categoria profissional do 12º Open HSBC/Sercomtel - Cidade de Londrina disputado no final de semana nos campos do Londrina Golf Club. Na disputa profissional, Odair Lima terminou com 137 tacadas, três de vantagem sobre o segundo e terceiro colocados, com 140 tacadas.

Odair de Lima, também conhecido como Cazuzu do Maringá Golf Club, vem cada vez mais se sobressaindo, vencendo alguns dos principais jogadores do País, destacando e difundindo cada vez mais o golfe na região.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à equipe masculina de Handebol da Unifil/Londrina/Sercomtel, vice-campeã da Liga Nacional de 2006.

Requer ainda, que seja dado ciência aos atletas e equipe técnica, através do técnico Giancarlos Ramirez e do Reitor da Unifil, Dr. Eleazar Ferreira, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja expedido voto de louvor ao Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, e seu grupo de engenheiros associados, pela brilhante iniciativa de realizar estudo para implantação do trem de alta velocidade ligando as cidades de Curitiba e São Paulo.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Em primeiro lugar destacamos que o trabalho vem sendo executado desde o ano de 2004, por um competente grupo de engenheiros veteranos, que se reúnem voluntariamente após sua jornada normal de trabalho para dedicarem-se ao projeto.

Da mesma forma, pela iniciativa de buscar a implantação de um meio de transporte moderno, que irá diminuir consideravelmente o tempo de deslocamento entre as cidades de Curitiba e São Paulo, hoje consideradas grandes pólos de negócio e turismo.

REQUERIMENTO Nº 2795

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, voto de louvor à TV Tarobá pela inauguração de sua nova sede na cidade de Londrina, que acontece nesta quarta-feira, 13, às 20h30.

Quero destacar que a TV Tarobá tem a maior área de abrangência regional por emissora do país. Suas imagens em sinal aberto atingem o Oeste, Sudoeste, Noroeste, Centro Oeste, parte do Sul e do Norte do Paraná, além do Norte da Argentina e Leste do Paraguai, compreendendo uma população com mais de quatro milhões de habitantes. Sua imagem digital cobre toda a América do Sul e o sinal da programação local também está disponível na internet. Mas o que difere a TV Tarobá das demais emissoras do interior do Brasil é o volume de produção de programas locais.

Portanto, pelo trabalho que vem realizando há quase trinta anos, pelo jornalismo de alto nível, pela tecnologia de ponta, equipe profissional qualificada, comprometimento com o telespectador e principalmente pelas novas instalações, peço a meus pares, apoio para mais esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor aos integrantes da Fanfarra do Colégio Estadual Parigot de Souza, em Inácio Martins, pela conquista do Concurso Nacional de Fanfarras, Categoria Infantil II, realizado em Mauá, Estado de São Paulo, no último dia 09 do corrente mês.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a todos os alunos, funcionários, pais e, especialmente, aos integrantes da Fanfarra, através de correspondência a ser encaminhada ao Colégio Estadual Parigot de Souza, situado à Rua Sete de Setembro, nº 490, CEP: 85.155-000, Inácio Martins-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de moção de louvor à Prefeitura do Município de Loanda, pela conquista do primeiro lugar dentre quase a totalidade dos municípios brasileiros, conforme avaliação procedida pela Confederação Nacional dos Municípios.

A CNF anunciou o resultado obtido após análise do Índice de Responsabilidade Fiscal e Social referente às contas de 2005 entregues até março deste ano. Loanda atingiu a porcentagem de 0,632 numa escala de 0 a 1.

“Esta conquista que coloca Loanda na mídia nacional, é motivo de orgulho para todos os loandenses. É resultado do emprego das virtudes da seriedade, da com-

petência e da sensibilidade do Prefeito Álvaro de Freitas Netto, o Arapongas, no trato da coisa pública. Ostento o título de cidadão honorário de Loanda e prazerosamente represento-a nesta Casa e é com estas referências que comungo com cada uma e com todas as famílias loandenses, a alegria de vê-la ostentando tão glorioso galardão”.

“De Vice-Prefeito a Prefeito por duas vezes consecutivas no vizinho município de São Pedro do Paraná, agora Prefeito de Loanda; empresário bem sucedido; condutor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da microrregião Amunpar, o Prefeito “Arapongas” é um nome referencial da política administrativa do nosso Estado”. Por essas razões recomendo que a moção de louvor seja entregue por este Parlamentar durante reunião ordinária da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2796

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de regozijo ao município de Paranaipoema, pela comemoração do seu 42º aniversário de emancipação política, ocorrido em 11 de dezembro de 2006.

Requer ainda, que seja dado ciência à Exma. Sra. Neuza dos Santos de Carvalho, Prefeita Municipal, enviando correspondência a Prefeitura Municipal de Paranaipoema, CEP: 87.680-000.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Paranaipoema acaba de completar 42 anos de emancipação política. Uma data importante, que simboliza não apenas sua autonomia territorial e administrativa, mas marca os anos de luta vividos por um povo batalhador, que construiu com trabalho diário e dedicação, um bom lugar para se viver.

Parabéns Paranaipoema! Sejam sempre abençoados seus cidadãos e todos os seus dirigentes. Que sua história continue sendo de sucesso, como tem acontecido desde a época de seu primeiro Prefeito, o Sr. José Cirino, até agora, sob a responsabilidade da Prefeita Neuza dos Santos de Carvalho.

Dirijo a todos os paranapoemenses, sinceros votos de prosperidade.

REQUERIMENTO Nº 2797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de regozijo ao município de Jardim Olinda, pela comemoração do seu 42º aniversário de emancipação política, ocorrido em 11 de dezembro de 2006.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Fernando Jorge Siroti, Prefeito Municipal, enviando correspondência a Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, CEP: 87.690-000.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Jardim Olinda comemora 42 anos de emancipação política. Essa importante festa traz consigo a vitória de cada cidadão. Homens e mulheres jardinolindenses que escolheram esse lugar para viver e que ajudaram a construir esse município, espelho de uma gente honesta, confiante e batalhadora.

Parabéns Jardim Olinda! Terra que orgulha o Paraná desde a época do seu primeiro Prefeito, o Sr. João Paulo Diniz até os dias atuais, sob a administração de Fernando Jorge Siroti.

Que sua história de competência e desenvolvimento seja para sempre lembrada e que o próximo ano seja repleto de conquistas.

A Assembléia Legislativa, na pessoa desse Parlamentar, envia sinceros votos de congratulações e prosperidade.

REQUERIMENTO Nº 2808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Adriano B. Lima.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Exmo. Sr. Prefeito Wanderley Martins Ferreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Donizete Ciena.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Severino Joaquim da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Daniel Rodrigues Leandro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Airton Rodrigues Leandro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sidnei Alves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Expedito Vicente.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Lucas Bispo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Diego Caetano da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Alberto Bento.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Nilton da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Fabiano R. de Oliveira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Anderson Leonel Moura.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Celso Paulino da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Clovis Caetano.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Governador Roberto Requião, no sentido de que seja determinada com a máxima urgência a Secretaria de Saúde, para que seja agilizado o processo de credenciamento junto ao SUS, do Centro de Oncologia do Hospital da Providência, em Apucarana, para atendimento de Alta Complexidade em Oncologia.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa já solicitou por diversas vezes o encaminhamento aos setores de saúde do Estado do Paraná, no sentido de agilizar o processo de credenciamento junto ao SUS, no Ministério da Saúde, do Centro de Oncologia do Hospital da Providência de Apucarana.

O Hospital da Providência, através da competente administração de Irmã Iracema Vujanski, investiu R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na reforma do prédio, na adequação da unidade e em equipamentos, dotando o Centro de Oncologia de Apucarana de toda a capacidade de excelência no tratamento do câncer. Inaugurada há um ano, a unidade ainda não foi credenciada, continua paralisada e prejudicando a milhares de pacientes que precisam se deslocar até Londrina para o tratamento.

Nesse sentido, solicitamos o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, de pedido de

providências e que seja encaminhada a esta egrégia Casa informações sobre os procedimentos, com cópias para a Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTO Nº 2792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Dr. Cláudio Xavier, solicitando informações sobre quais os Hospitais de Ponta Grossa que irão receber os treze leitos de UTI, conforme anúncio do próprio Secretário da Saúde.

Foi oficializado com estes hospitais o compromisso pela manutenção dos leitos por parte do Governo do Estado?

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando investigação e providências em relação a nomeação irregular de Vicente Luis Tezza, como auditor da Receita Estadual sem concurso público, publicado no Diário Oficial de 28.07.05.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 594/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Newton Ferreira da Fonseca, o trecho da Rodovia PR-457, que liga o município de São Pedro do Ivaí ao Distrito de Marisa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-457, que liga a cidade de São Pedro do Ivaí ao Distrito de Marisa, com o nome de Newton Ferreira da Fonseca, justifica-se pela importância que teve o homenageado para a região do Vale do Ivaí.

Newton Ferreira da Fonseca, foi Prefeito de São Pedro do Ivaí, onde se destacou na sociedade como excelente pai de família e um homem preocupado com a causa social. Também exerceu a função de cartorário e, atingido pelo regime de exceção de 1964, teve de abando-

nar a vida pública, vindo residir em Curitiba onde faleceu em 2003.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da Rodovia PR-457, que liga o município de São Pedro do Ivaí ao Distrito de Marisa.

PROJETO DE LEI Nº 595/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a defesa de bens, direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural da humanidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 596/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o ano de 2008 como o Ano do Intercâmbio Brasil/Japão.

Parágrafo Único. O ano de 2008 por ser o ano do Centenário da Imigração Japonesa deverá através desta lei incentivar o intercâmbio entre os dois países irmãos Brasil e Japão, nas áreas da cultura, das artes, do esporte, educação e do comércio e indústria.

Art. 2º O Governo do Estado regulamentará a presente lei, buscando incentivar através das respectivas Secretarias de Estado o presente intercâmbio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Durante esses quase cem anos que nos separam da primeira viagem do Kasato Maru - navio que trouxe os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil - muitos foram os intercâmbios feitos entre brasileiros e japoneses.

No entanto, as coisas foram acontecendo, regulamentadas pelo interesse do momento, sem que tivesse

havido uma política específica para o assunto. Pretende o presente projeto de lei, considerar o ano de 2008, quando será comemorado o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, instituir através de lei, decreto ou outro tipo de regulamentação oficial, criar, incentivar e desenvolver projetos de intercâmbio entre o Brasil e o Japão nas áreas de cultura, esporte, artes, educação e comércio e indústria, como parte das comemorações dos cem anos da Imigração Japonesa no Brasil.

Também objetiva esta lei, dar ao Governo do Estado, o instrumento para que seja regulamentado esse intercâmbio, fazendo do Paraná um Estado pioneiro nesse setor.

Assim, peço o apoio dos demais parlamentares, visando sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 597/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o ano de 2008 como o Ano do Centenário da Imigração Japonesa.

Art. 2º O Ano do Centenário da Imigração Japonesa será incluído no Calendário Oficial de Comemorações do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O navio Kasato Maru chegou ao Brasil em 18 de junho de 1908, atracando no Porto de Santos conduzindo os primeiros imigrantes japoneses. Esses imigrantes se espalharam pelo Brasil, principalmente na região sudeste e sul, ajudando com o seu alto espírito empreendedor e pioneiro a construir o progresso de nosso país.

No Paraná, a maior parte deles se fixou na Região Norte do Estado, Londrina, Maringá, Assaí, Uraí, Cambé, entre outras, trabalhando na lavoura e com o labor, mostrando uma nova fase na agricultura brasileira.

Com eles, veio uma nova cultura, sua arte, o seu esporte - o beisebol, judô, karatê, sumô, e outros - e procuraram manter viva a cultural oriental, ensinando aos seus filhos aqui nascidos a sua língua-pátria e mantendo sempre as suas tradições.

Hoje, a Colônia Japonesa é um exemplo de tradição e cultura a ser seguido pelos brasileiros.

A Pátria que abraçaram pós-guerra, hoje, se sente orgulhosa de tê-los como irmãos. Seus filhos casaram por aqui, formaram novas famílias, e dessa mistura das duas raças, formaram uma geração nova e com caracteres marcantes dessa mistura de raças.

Gerando oportunidade de divulgarmos e reconhecermos os trabalhos e as conquistas da Imigração Japo-

nesa e estreitarmos o relacionamento nipo-brasileiro ajudando a nação brasileira que tão bem acolheu os imigrantes japoneses aqui na terra abençoada e também ajudando a repesar os próximos anos.

Cem anos são passados, e buscamos uma comemoração marcante no Estado e no Brasil, por isso, pretendemos instituir o ano de 2008, como o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e contamos com a colaboração dos demais parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 598/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Política Estadual de Apoio e Fomento ao Cooperativismo de Trabalho terá por finalidades implementar conjunto de ações e atividades para serem exercidas pelo Poder Público e o setor privado e pelo do sistema cooperativo desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º Constituem-se objetivos da política estadual de apoio e fomento ao cooperativismo paranaense de trabalho:

I - estimular a implantação do Sistema Cooperativo de Trabalho como forma de organização social, econômica, cultural preferencialmente nos setores populares comunitários e de trabalhadores autônomos, notadamente os ramos do trabalho e produção, consumo crédito.

II - Apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo de trabalho, promovendo, quando couberem, parcerias com o sistema.

III - O Estado será parceiro da União nos programas que esta vier a instituir com finalidades de promover o desenvolvimento do sistema cooperativo de trabalho e a melhoria do desempenho econômico das cooperativas.

Art. 3º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná para prestação de serviços, obras, compras, publicidades, alienação, locações, participarão as cooperativas de trabalho legalmente constituídas.

Art. 4º Por iniciativa própria ou por solicitação da cooperativa interessada o Poder Público Estadual fica autorizado a conceder em comodato alienação, doação vendas bens móveis e imóveis para:

I - implantação de projetos de geração de trabalho e renda.

II - Implantação de projetos sobre produção de bens e serviços.

III - implantação de projetos educacionais, científicos e tecnológicos.

Art. 5º Através da Secretaria do Trabalho e Promoção Social ou outra que vier a sucedê-la o Estado apoiará

a formação de cooperativas interessadas, crises constituídas por ex-empregados e demais pessoas em promover a recuperação de empresas em crises.

Art. 6º O Estado estimulará seus funcionários civis e militares a se associarem ou criarem cooperativas de créditos.

Parágrafo Único. Quando for recomendável, o Estado poderá firmar convênios operacionais com cooperativas de créditos.

Art. 7º Com objetivo de representar o sistema junto ao Poder Público Estadual e a Sociedade Civil será criado o Conselho Estadual de Cooperativismo.

Art. 8º A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná indicará um vogal e respectivo suplente para compor o plenário da Junta Comercial do Estado.

Art. 9º Da pedagogia do cooperativismo o Poder Público e seus parceiros estimularão a formação de grupos de estudos sobre cooperativismo para disseminar os ensinamentos através do Sistema Estadual de Ensino e de Instituições Particulares para:

I - incluir matérias sobre cooperativismo nas escolas públicas.

II - Proporcionar aos cidadãos e cidadãs cursos intensivos de capacitação sobre cooperativismo para quem desejar associar-se ou se qualificar para criar e dirigir cooperativas.

III - Quando for possível, utilizar os prédios da Rede Escolar Centros Comunitários para implantar escolas de cooperativismo.

Art. 10. Divulgar as políticas governamentais para o sistema cooperativo.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura visa instituir a política municipal de apoio e fomento ao cooperativismo de trabalho.

Objetiva com isto, estimular a implantação do sistema cooperativo de trabalho como forma de organização social, econômico e cultural, preferencialmente nos setores populares comunitários e de trabalhadores autônomos, notadamente nos ramos do trabalho, produção, consumo e crédito.

Visa, ainda, apoiar, quando couber, parcerias com o sistema, sendo que o município será parceiro do Estado e da União, nos programas que estes vierem a instituir com finalidade de promover o desenvolvimento do sistema cooperativo de trabalho e melhoria do desempenho econômico das cooperativas.

A crescente utilização de cooperativas deve-se à necessidade de redução de custos, num cenário competitivo, e à busca de oportunidade de trabalho por pessoas que, não fossem as cooperativas, estariam na informalidade ou desocupadas.

Faz-se necessário assegurar a formação de cooperativas, pela contribuição que podem dar à geração de trabalho.

Face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares, ao presente projeto de lei.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 593/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná instituirá Plano de Previdência Social aos Deputados Estaduais, que compreenderá:

I - aposentadoria voluntária, por idade e tempo de contribuição;

II - aposentadoria por invalidez permanente; e

III - pensão por morte.

Art. 2º O Plano de Previdência, de que trata esta Lei Complementar, terá caráter facultativo, contributivo e suplementar aos respectivos benefícios assegurados pelo Regime de Previdência ao qual o Deputado esteja obrigatoriamente vinculado.

Parágrafo único. A Resolução da Assembléia regulamentará os respectivos Planos de Custeio e de Benefício, o qual deverá ser elaborado por consultoria especializada e poderá ser gerido por Entidade de Previdência Privada, com observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e assegurem financiamento por meio de capitalização.

Art. 3º A aposentadoria voluntária de que trata o inciso I, do artigo 1º, será devida ao Deputado que:

I - conte com, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade;

II - o exercício de 05 (cinco) legislaturas;

III - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição ao Regime Previdenciário a que estiver obrigatoriamente vinculado, se do sexo masculino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo feminino.

§ 1º O valor dos benefícios estabelecidos no *caput* deste artigo e a respectiva contribuição deverão ser calculados tomando-se por base o total de subsídios fixado para os Deputados Estaduais;

§ 2º A base de cálculo do benefício, na data da concessão, será obtida pela média dos subsídios utilizados como base de contribuição durante a vinculação do participante ao Plano, atualizadas monetariamente, por índice de inflação a ser regulamentado.

§ 3º A renda mensal inicial de aposentadoria integral estabelecida no *caput* do artigo corresponderá a 85% (oitenta e cinco por cento) da base de cálculo de benefício descrita no parágrafo anterior.

§ 4º Observado o disposto no artigo 9º, faculta-se a opção pela aquisição de benefício proporcional aos anos de exercício de mandato, tendo como meta de benefício uma reposição máxima equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) da base de cálculo do benefício fixado para os Deputados Estaduais neste Plano.

§ 5º A aquisição proporcional anual do benefício corresponderá a 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento) da base de cálculo do benefício, na data do requerimento.

§ 6º Para fins de contagem de tempo de exercício de mandato é facultada ao segurado a averbação do tempo correspondente aos mandatos eletivos municipais ou federais, integralizando as contribuições dos respectivos períodos.

Art. 4º Para os benefícios decorrentes de eventos de risco, o plano deverá assegurar um valor mínimo equivalente a, pelo menos, 17% (dezessete por cento) do valor da base de cálculo do benefício do Deputado Estadual.

Art. 5º Em caso de morte, observado o disposto no artigo anterior, o plano deverá assegurar, aos dependentes do segurado, uma pensão mensal equivalente a:

a) 70% do benefício de aposentadoria calculado conforme trata o artigo 3º, desta lei complementar, para o Parlamentar que falecer no exercício do mandato;

b) 70% da aposentadoria que estiver sendo paga ao ex-Parlamentar.

§ 1º Poderão figurar na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge ou o convivente;

II - o filho menor de 21 anos ou inválido, aos quais se equiparam o enteado ou filho do convivente.

§ 2º A condição de dependente deverá subsistir quando do evento gerador do benefício, não se admitindo inscrição em face de condição superveniente.

§ 3º Cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente, que contrair núpcias ou constituir nova união estável, bem como o filho ou tutelado que atingir a idade prevista no artigo.

Art. 6º Poderá figurar como segurado do Plano de Previdência, o Deputado Estadual no exercício do mandato ou licenciado para o exercício de cargo ou função pública, desde que continue contribuinte desse Plano de Previdência.

§ 1º Para figurar na condição de segurado, o Parlamentar deverá formalizar expressa adesão ao plano, vertendo a respectiva contribuição.

§ 2º Observado o disposto no artigo 9º, o ex-Deputado Estadual poderá manter a condição de segurado

desde que, opte por manter sua contribuição, acrescida da cota parte que seria devida pela Assembléia Legislativa.

§ 3º O suplente de Deputado Estadual, no exercício temporário do mandato, observado o disposto no artigo 9º, não poderá figurar na condição de segurado do Plano de Previdência de que trata esta lei complementar.

§ 4º O suplente de Deputado que se efetivar no mandato, poderá contar o tempo de exercício temporário no parlamento, desde que contribua para o Plano de Previdência pelo período que integralizar, com os valores de contribuição vigentes à data da solicitação.

§ 5º Aos suplentes da legislatura a que se refere o artigo 9º dessa lei, e que tenham exercido mandato ininterruptamente por mais de 01 (um) ano, será assegurado os mesmos direitos e deveres.

Art. 7º A contribuição mensal do segurado e a respectiva contrapartida da Assembléia Legislativa serão calculadas mediante aplicação de alíquota, fixada no Plano de Custeio de que trata o parágrafo único, do artigo 2º, desta lei complementar, incidente sobre o subsídio do Deputado Estadual.

Parágrafo único. Ressalvada a contrapartida da Assembléia Legislativa e alcançado o equilíbrio atuarial, não serão aportados recursos para suprir eventuais insuficiências financeiras em razão da inadimplência dos seus segurados.

Art. 8º A Assembléia Legislativa regulamentará esta lei complementar, mediante resolução, no prazo de noventa dias da data de publicação desta lei.

§ 1º Observado o disposto no parágrafo único, do artigo 2º, desta lei complementar, a resolução de que trata o artigo deverá constituir um Conselho Gestor e um Conselho Fiscal, integrados por segurados.

Art. 9º Será resgatado pela Assembléia Legislativa do Paraná aos Segurados da 15ª Legislatura em diante, como tempo de contribuição ao Plano de Previdência, para fins de concessão de benefícios dele decorrentes, o período de mandato parlamentar compreendido entre a Lei nº 6.639 de 1974 e o ingresso ao presente Plano, conforme o artigo 2º da Lei nº 9.498 de 1990 bem como o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

§ 1º O resgate de que trata este artigo poderá incluir a inscrição de ex-Parlamentares, desde que optem por aderir e contribuir com o Plano de Previdência de que trata esta lei complementar.

§ 2º O resgate de que trata este artigo, a cargo da Assembléia Legislativa, deverá se dar de modo proporcional e equivalente ao resgate solicitado pelo Parlamentar ou ex-Parlamentar.

§ 3º Na hipótese de que o resgate de legislatura passada propicie o cumprimento das carências estabelecidas, nesta lei complementar, para efeito de fruição da aposentadoria voluntária, esta só poderá ser deferida ante a expressa renúncia do Parlamentar à percepção de even-

tual benefício pago ou devido pela Assembléia Legislativa por sua condição de ex-segurado do extinto Fundo de Previdência do Parlamentar-Feppa.

§ 4º O Plano de Custeio de que trata o parágrafo único, do artigo 2º, desta lei complementar, deverá estabelecer os critérios de contribuição para efetivação do resgate de que trata este artigo.

§ 5º O valor das obrigações atuariais de Serviço Passado, com critério e data de corte retroativo a ser definido, será coberto à vista.

§ 6º Excepcionalmente, o valor a que se refere o parágrafo anterior poderá ser financiado atuarialmente no tempo futuro, não podendo, entretanto, o pagamento do valor financiado, superar 50% (cinquenta por cento) do valor devido e o prazo máximo previsto para Planos Complementares de Entidades Fechadas de Previdência Privada.

Art. 10. Ressalvadas as hipóteses de pensão, os benefícios de que trata esta lei complementar não poderão ser recebidos cumulativamente com o subsídio decorrente do exercício da atividade parlamentar na esfera federal, estadual ou municipal, ou com remuneração paga pelo exercício de função pública no âmbito das administrações federal, estadual ou municipal.

Art. 11. O Plano Previdenciário terá previsão no orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2007, e correrão por conta da dotação orçamentária 0101.01031272.000 - Processo Legislativo na natureza de despesa 33504100 para a instituição do disposto nesta lei.

Art. 12. Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e especiais, bem como a readequar o orçamento dos exercícios subseqüentes, necessários à implementação do objeto desta lei complementar, utilizando como crédito as formas previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13. A Assembléia Legislativa, no prazo de 30 dias da publicação do regulamento deverá adotar as medidas necessárias para aportar os recursos, em conta bancária específica, para atendimento das disposições contidas nesta lei.

Art. 14. O prazo para requerer inscrição ao Plano de Previdência será de no máximo 60 dias da publicação do Regulamento, autorizando nesse ato, expressamente, o desconto em folha de pagamento das contribuições devidas ou débito em conta corrente.

Parágrafo único. Considerar-se-á inadimplente para com o Plano o segurado que deixar de contribuir por mais de 90 (noventa) dias.

Art. 15. Constituirá recurso ao Plano objeto dessa lei, além dos já enumerados, os valores provenientes do

INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social, oriundos do pagamento indevido de contribuição dos exercentes de mandato eletivo, conforme Adin nº 351.717-1-Paraná.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELTON CARLOS WELTER, CHICO NOROESTE, DUÍLIO GENARI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, NATÁLIO STICA, NEREU MOURA, MILTINHO PUPIO, MARCOS ISFER, CARLOS SIMÕES, ARTAGÃO JÚNIOR, NEIVO BERALDIN, PASTOR EDSON PRACZYK, LUIZ CARLOS MARTINS, RENATO GAÚCHO, NELSON GARCIA, ARLETE CARAMÊS, EDSON STRAPASSON, LUIZ ACCORSI, LUIZ NISHIMORI, MAURO MORAES, CAÍTO QUINTANA, DELEGADO BRADOCK, RENI PEREIRA, BARBOSA NETO, HERMAS BRANDÃO, DOBRANDINO DA SILVA, CIDA BORGHETTI, NELSON JUSTUS, AILTON ARAÚJO, GERALDO CARTÁRIO, VANDERLEI IENSEN, AUGUSTINHO ZUCCHI, ALEXANDRE CURI, CLEITON KIELSE e JOCELITO CANTO.

JUSTIFICATIVA:

As modificações implementadas no Sistema de Previdência Brasileiro, a partir da Emenda Constitucional de nº 20, impuseram clara delimitação quanto à estruturação de regimes previdenciários, reconhecendo como legitimados, compondo a previdência estatal básica, aquele instituído pela União, em favor de todo cidadão que desempenha uma atividade econômica formal, denominado Regime Geral de Previdência Social - RGPS, gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social, e aquele instituído pelos entes federados, em favor de seus servidores, titulares de cargos efetivos, compostos pelos Regimes Próprios e denominado Regime Próprio de Previdência Social.

Nessa estruturação, o agente público detentor de mandato eletivo, que não seja titular de um cargo efetivo, está, obrigatoriamente, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. É o que se depreende da alteração efetivada pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e sobre o artigo 12, inciso I, alínea “j”, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e estabelece o respectivo plano de custeio, segundo a qual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e, neste contexto, está obrigado à respectiva contribuição.

Além da alteração perpetrada na Lei nº 8.212/91, a referida Lei nº 10.887/04, em verdadeira redundância (já que a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extin-

guiu o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC - havia incluído a alínea “h” ao artigo 11, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o plano de benefícios do Regime Geral) acrescentou a alínea “j”, segundo a qual “o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a Regime Próprio de Previdência Social é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social”. Neste contexto, não vemos espaço para que o Legislativo estadual possa instituir, em favor dos Deputados, um regime de previdência básico, desconsiderando a obrigatória vinculação aos Regimes Geral ou Próprio de Previdência Social.

De outro viés, é de se considerar o fato de que, *a latere* da previdência estatal básica, o texto constitucional legitima - artigo 202 - a previdência complementar fechada e aberta - com a ressalva de que os entes federados, nos termos do parágrafo 14, do artigo 40, do texto constitucional, na redação ofertada pela Emenda 20, podem instituir regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

Como se vê, não há regra constitucional previsão de previdência complementar para o Parlamentar. No entanto, tal omissão não implica em proibição. Isso porque o artigo 194 da Constituição Federal determina que, em seu aspecto amplo, a seguridade social deva compreender um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos - aí incluído o parlamento estadual - que, juntamente com a sociedade, devem assegurar os direitos relativos à previdência, determinando ainda, que o Poder Público, nos termos da lei, organize a seguridade social, com base na (I) universalidade da cobertura e do atendimento; (II) na uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; (III) na seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; (IV) na irredutibilidade do valor dos benefícios; (V) na equidade na forma de participação no custeio; (VI) na diversidade da base de financiamento; e (VII) no caráter democrático e descentralizado da administração, estabelecendo, ainda, que - artigo 195 - a Seguridade Social deva ser financiada, dentre outras formas, por contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, aí incluídos os parlamentares ou detentores de cargos eletivos, concluindo - artigo 195, parágrafo 5º - que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Em face dessas premissas é que entendemos legítima e constitucional a iniciativa de lei que objetive a instituição de um plano de previdência suplementar, destinado ao Parlamentar estadual, desde que, congregando os princípios da contributividade e do equilíbrio financeiro e atuarial, constitua-se em complemento à reposição ofertada pela previdência estatal básica, notadamente por meio de Regime Geral, gerido pelo INSS,

ou por meio de Regime Próprio, no caso de Parlamentar detentor de cargo público efetivo.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Natálio Stica.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Somente para solicitar a minha inscrição no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. está inscrito.

Com a palavra o Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ontem, ao terminar a Sessão, avisei o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando os grampos, que estava de saída para uma consulta médica que já havia perdido na semana anterior, por conta exatamente da CPI. Avisei, embora de última hora, na saída também ao Deputado Jocelito, que é o Relator, e fui à minha consulta médica.

A minha surpresa foi que quando terminado o atendimento, ainda junto com o médico, conversando, recebo algumas ligações insistentemente e atendo uma delas e era de um jornal aqui de Curitiba e que me dizia o jornalista no telefone que a CPI não havia dado quórum porque o Deputado Stica não estava presente. Primeiro, quero lembrar que essa CPI é uma CPI que contém sete membros, portanto não vou aqui aceitar, em hipótese nenhuma, que a minha ausência no dia de ontem é que foi a causa de não ter dado quórum. A causa de não ter dado quórum é a ausência de quatro Deputados, incluindo este que faz uso da tribuna.

Quero também dizer que como fui surpreendido pelo telefonema ainda no médico, já me precavi e pedi um atestado médico, que tenho aqui à disposição da imprensa e de quem achar que seja necessário. Dos quatro anos de mandato como Deputado, nunca trouxe um atestado médico e não queria que isso acontecesse ao apagar das luzes deste mandato. Mas, vi-me obrigado a assim proceder, exatamente porque senti que estava uma pressão em cima do meu nome.

Não tenho e nunca tive problemas de participar, fui Presidente de CPIs na Câmara de Vereadores, fui Relator de CPI, enfrentei a CPI das Funerárias de Curitiba, que era uma pressão gigantesca em cima dessa CPI e levamos até o final. Não é um depoimento em uma CPI - infelizmente pelo tempo tenho certeza que ela terá que ser de

novo instalada no ano que vem, já que este ano não teremos um relatório que, pelo menos, aponte causas. Enfim, não vou aceitar levar a pecha de que eu fui o responsável pela causa da não-declaração do Policial Raserá, que aliás já tinha até, por conta do seu advogado, uma justificativa para que não se posicionasse ontem, alegação de que não recebeu em tempo hábil, com vinte e quatro horas de antecedência, a convocação para que aqui estivesse.

Faço esses esclarecimentos porque fui surpreendido, inclusive, por jornais dando conta e um deles, inclusive, dando conta de que a minha ausência é que atrapalhou os trabalhos de ontem.

E aproveito, Sr. Presidente, para pedir aqui que a Mesa indique os três Deputados da Oposição que não estão comparecendo à CPI, porque não é possível uma CPI desse porte que tem que ter sete membros continuar trabalhando com apenas quatro membros. E aí, sim, se um deles tiver um problema qualquer, vai dar falta de quórum. E quero já deixar comunicado que na quinta-feira, pela manhã, a partir das 07h30m, estarei no Hospital Santa Cruz fazendo o meu check-up que vai levar de seis a oito horas. Estarei à disposição da CPI na quinta-feira, portanto, a partir das 15h00 da tarde, porque estarei lá, inclusive poderá ser acompanhado por quem tiver dúvidas, fazendo o meu check-up completo; porque se eu não cuidar da minha saúde, com certeza não serão outros que terão que fazer esse cuidado. Agora, repito, faço até constrangido essa declaração, mas para não ver o meu nome tentado ser enlameado como vi na tarde de ontem por conta de uma bobagem que é um depoimento que sequer iria acontecer. Já sabíamos que tinha havido convocação com horário de antecedência, mas eu não iria perder pela segunda vez o horário marcado com o meu médico, que já tinha perdido por conta da CPI. E me coloco à disposição com o atestado se alguém tiver alguma dúvida.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador, ainda no Pequeno Expediente, é o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem ouvimos o Deputado Vanhoni, que fez uma referência ao Deputado Vargas, sobre um comentário ou uma acusação de que estaria ele sendo colocado como responsável pelo Raserá no Governo do Estado.

Eu quero até dar um depoimento pessoal, eu conheço o Raserá há muitos anos, assim como conheço o Governador Roberto Requião de Mello e Silva, há muitos anos. Sendo assim, posso dar um depoimento e um testemunho de que o Raserá veio ao Palácio Iguaçu pelo "piu"

do Governador. São tão amigos, chegados, como diria o nosso Deputado Luiz Carlos Martins, do coração, que não precisaria de nenhuma apresentação do Deputado Vanhoni, não precisaria de nenhum clamor de Deputado para que o Raserá chegasse ao aconchego do 3º andar do Palácio Iguaçu, sede do governo paranaense.

Nós vimos o Deputado Vanhoni falando sobre a amizade que ele tem com o Raserá. O Deputado Cartário em seguida também já levantou a sua voz pela amizade com o Deputado Raserá, aliás com o policial Raserá, estou falando Deputado porque vi a fotografia dele no jornal e achei que o Deputado Presidente da Comissão que está investigando fosse o Raserá, tamanha a elegância com aquela gravata francesa que o Raserá compareceu a Assembléia Legislativa do Paraná. O pavão não vira peru, pavão é pavão, tem as penas coloridas, ele sabe impor a sua beleza natural. E é evidente que as preocupações rondam o rancho de cada um. Assim como as preocupações rondam o Poder.

O Raserá estava espionando para alguns contratado por outros e estava espionando para os outros também, contratado por alguns. Então ele prestava serviços para muitos. Assim como nós temos uma fita onde o Raserá diz que ele trabalha e faz grampo para o Governador Roberto Requião. Cópia desta fita, Srs. Deputados da CPI, poderão obtê-la lá no fórum de Campo Largo, pois ela está no processo que originou o pedido de prisão provisória com o conseqüente ato jurídico da prisão preventiva. Está lá. Recebi o ofício do Deputado Antônio Martins Anibelli no qual ele solicita que eu encaminhe as fitas a CPI, para que então possa a CPI tomar algumas providências com relação ao caso do Raserá.

Queria dar uma sugestão a CPI, já que o principal envolvido nesta história é o Sr. Governador, gostaria de fazer uma sugestão, que a CPI convocasse o Governador Roberto Requião para vir depor, para que ele pudesse, aqui, esclarecer em que sala trabalhava o Raserá? Como ele foi requisitado? Os equipamentos que o Raserá usava eram do Governo? Por ordem de quem ele estava usando? Acho que começa por aí. Esse esclarecimento o Governador do Paraná pode nos dar. E aí depois dessa situação eu vou apresentar realmente as minhas fitas. Porque não é justo - que não é o Nelson, é outro justo que refiro-me neste momento -, recair sobre a Assembléia ou algum Deputado tentar assumir a responsabilidade do Raserá quando todo mundo sabe a quem o Sr. Délcio Raserá servia. Não era só ele, era uma equipe, que usava equipamentos do Governo do Estado do Paraná, que usava salas do Governo do Estado, ele não pagava aluguel lá no 3º andar do Palácio Iguaçu. Ele estava lá, não era inquilino do Palácio, não tinha uma cessão de comodato, não era comodatário. Ora, ele era um invasor, que estava lá usando telefones e salas? Não. Ele era um funcionário da Secretaria de Segurança Pública lotado lá no Palácio Iguaçu e este homem faz muita gente perder o sono, faz muito Deputado perder a reunião. Este homem fez muitas escutas clandestinas a serviço de quem? Algu-

mas nós sabemos exatamente a quem ele servia. Outras ele fazia até por conta própria, para poder ter as pessoas na mão e tendo as informações privilegiadas que tinha, é evidente que um homem bem informado vale por mil.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós esperamos que a CPI faça a convocação do Governador Roberto Requião também, para que ele venha esclarecer a que título o Raserá estava no Palácio Iguaçu. Ele é o chefe maior do Poder Executivo. Ele poderá dar essas informações a esta Assembléia, a este Parlamento e ao povo do Paraná. Se nós não pegarmos essas informações a partir do depoimento do Sr. Governador do Paraná, não adianta nada ficarmos aqui fragmentando depoimentos que não vão levar a uma conclusão definitiva sobre o que realmente aconteceu.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a CPI que eu acredito que não vai desembarcar onde deveria, porque ela não está investigando exatamente o lugar aonde se cometeu o crime. Que me perdoe a Assembléia Legislativa do Paraná, mas é um jogo pesado que a Assembléia vai enfrentar e um desgaste muito grande, se continuar nesta linha de oitiva de pessoas que não têm a responsabilidade e o poder decisório de ter colocado o Raserá onde colocou, para fazer as espionagens que ele fez. Espionagens estas que foram servidas para se tirar proveitos políticos e para se tornar, inclusive, esta eleição ilegítima, esta eleição que se findou onde o Governador, por uma estreita margem de votos se reelegeu.

Portanto, o uso da máquina administrativa, o uso e o abuso do poder econômico levou a esta estreita margem. Imaginem se realmente nós tivéssemos condições de poder apurar tudo isso, como é que ficariam as questões eleitorais do Paraná.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PP/PSB

Neste momento, Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Deputado eleito, Fernando Ribas Carli Filho, que está visitando a Assembléia Legislativa do Paraná e que certamente vai honrar ao povo de Guarapuava e ao povo do Paraná, na representação política que vai exercer neste Parlamento.

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de dizer que ouvi ontem um Deputado fazer um discurso de que um criancinha nasceu lá em Ponta Grossa e uma policial salvou a vida da criancinha. Queria eu fazer um aparte no momento, mas estava chegando ao final e o Deputado não percebeu que eu estava querendo apartá-lo.

Quando nós, aqui da tribuna da Assembléia, denunciemos que os policiais que foram colocados a serviço não estavam aptos, treinados para serem colocados naquele dia, realmente, nós falamos aqui, como vários Deputados da Oposição falaram, porque lá em Guarapuava, um policial que no segundo dia de serviço, matou um jovem e deixou lá uma viúva e um órfão. Aquele policial não tinha passado pelo treinamento devido da Polícia

Militar do Paraná, através da Academia do Guatupê, tanto que não eram palavras políticas nem só da Oposição este questionamento. Este questionamento vinha do Comandante que estava exercendo treinamento nesses policiais, em mil e seiscentos policiais, que foram colocados fora do prazo, fora do tempo, na tropa da Polícia Militar do Paraná, tanto que o Coronel que estava exercendo o treinamento abandonou e não participou da solenidade de posse desses policiais, frente à Polícia Militar do Paraná.

Ora, o fato de uma policial ter colaborado para fazer um parto lá na cidade de Ponta Grossa, é uma coisa louvável, mas não exime da responsabilidade. Os outros policiais que não estando preparados estão nas ruas, para prestar serviços para a comunidade paranaense. E não é matando um cidadão em Guarapuava, ou praticando um outro crime em qualquer outro lugar que nós vamos demonstrar capacidade ou incapacidade policial.

Se nós tínhamos um tempo hábil de mais de quatro meses de treinamento, não podia se sair com dois do treinamento, ou então, tudo que se fez anteriormente não tinha sentido.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Só complementando o vosso pronunciamento, fazendo um registro, não quero entrar aqui no debate do tempo necessário para se formar um policial militar, e, daquilo que é necessário para se fazer um adequado treinamento. Registrando apenas esse fato ocorrido em Guarapuava, foram dois policiais convocados para uma missão, através do telefone do Batalhão de Polícia, um policial experiente e uma policial dessa turma que recém tinha sido formada. Chegaram lá, o cidadão estava agredindo a sua família, e ameaçou também os policiais que lá chegaram. Estes chamaram o reforço, quando chegou o reforço, esse cidadão pegou uma faca e foi em direção dos policiais militares. Foi então que acabou sendo alvejado por um tiro e acabou falecendo.

Então nesta questão pontual não houve precipitação. Inclusive, o policial que disparou o tiro também tinha experiência, foram dois que dispararam. Nesse caso pontual citado por V. Exa, não houve precipitação, não houve inexperiência, talvez, evidentemente, um tempo mais longo de formação pudesse colaborar mais na sua experiência. Mas, nessa questão pontual eu gostaria somente de registrar e agradecer essa questão para colaborar com o vosso pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu li nos jornais tudo isso. Só que no jornal tem lá o depoimento da mulher que estava sendo agredida, que diz que os policiais abusaram e que foram mais violentos do que estava sendo o marido dela, com ela. Isso é o depoimento da mulher.

Então, realmente, era um dia de embriaguês, era um sábado ou domingo e a polícia realmente foi muito arbitrária.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há um ano atrás, nós falávamos, aqui, que os líderes da Oposição e do PMDB levantaram dizendo que iam tomar alguma providência. Eu estou com o jornal aqui: O Centro de Oncologia completa um ano.

Tem uns Deputados aqui, que são os Deputados da Saúde Pública do Paraná, que eles fossem lá no Secretário, tem aí um requerimento nosso pedindo providências, há um ano está parado em Apucarana, no Hospital da Previdência da cidade, um Centro de Oncologia, cujos equipamentos custaram mais de trezentos milhões para que as freiras pudessem colocar lá. E o SUS não autoriza até hoje isto a funcionar, criando um caos na cidade e na região.

Portanto, quero deixar aqui aos Deputados da Saúde, saúde a toda prova para nós, saúde não pode ser só quando espirra ou quando alguém vai fazer um tratamento no Hospital Santa Cruz.

Obrigado!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar e agradecer a presença do Sr. Vincenzo Cortezi que assume a Presidência da Fundaciore Itália para o Paraná e Santa Catarina que muito nos honra com a presença na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Fica registrado o agradecimento e as boas-vindas a nossa Casa.

Também registramos a presença do Deputado Fernando Carli Filho. É uma satisfação tê-lo aqui e estará a partir de 1º de fevereiro.

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deputado Scarpeolini, vou começar pelo senhor sobre a questão da saúde. Sou Deputado de Ponta Grossa e tenho brigado por aquela região, como V. Exa. é o Deputado da região de Apucarana. Tenho procurado com todo respeito trabalhar pela minha região. Aqueles que duvidaram do Hospital Regional, eu disse aqui na semana passada, que a ordem de serviço já foi dada. Está lá e essa semana começa a obra do Hospital Regional. O dinheiro está na conta, independente de ter começado agora. O dinheiro está lá e não vai ser mexido para fazer a obra. Estamos realizando um sonho de 183 anos de Ponta Grossa. O restante da saúde eu não posso me responsabilizar, mas que isso é um avanço é!

Questão da Segurança Pública - fiquei mais abismado, quando vi aqui o Deputado Artagão Júnior, por quem tenho o maior respeito, trazer uma notícia que eu não sabia que nesse episódio de Guarapuava um policial

era antigo e outro novo. E que os dois atiraram em legítima defesa. É o que o senhor acaba de dizer aqui. Fico com a versão de V. Exa. que mora em Guarapuava. Quero aqui registrar que o Governo colocava os policiais e colocou sempre, um experiente e um jovem juntos. Quero registrar que o Governo não foi prematuro. O Governo colocou um experiente e um jovem. Fez isso também em Ponta Grossa e lá resultou no salvamento de uma vida.

Acho que esse episódio foi usado para fazer política na véspera de eleição por adversários do Governador.

Sr. Presidente, vou fazer um consulta a essa Presidência em respeito ao povo do Paraná e até a imprensa que está aqui. Tivemos um episódio da CPI ontem.

Primeiro, o Deputado Scarpellini fez um pronunciamento muito forte, fez uma denúncia muito grave. E faz dias que o Deputado Scarpellini tem feito denúncias pesadas nesta Casa. E quando alguém sobe a esta tribuna e faz um pronunciamento, evidentemente a pessoa tem que ter responsabilidade. É um direito. O Deputado tem o seu direito de falar aquilo que quer, tem sua responsabilidade, tem o seu direito. Agora, quando o Deputado Scarpellini vai àquela tribuna por várias vezes e diz ter uma fita que diz que o Rasesa diz que o Governador Roberto Requião mandou ele grampear, eu acho que imediatamente ele tinha que atender o pedido da CPI. A CPI lhe pediu as fitas. V. Exa. não quis entregá-las.

Agora, Deputado Scarpellini, quero dizer a V. Exa.: por que a CPI não chama o Governador Roberto Requião para vir depor na CPI? Vou lhe dizer, com toda sinceridade: se depender de mim... Vou usar o Horário da Liderança do “Bloquinho”; vou sugerir aqui e acho que quem não deve não teme e acho que V. Exa. fez uma provocação, que deveria convocar o Governador Roberto Requião. Eu acho que a Comissão deveria convocá-lo, sim. E eu acho que ele viria a esta Casa, numa reunião da CPI, para falar. Acho que não se negaria, se a CPI o convocasse. Não vejo problema nenhum em trazer o Governador, aqui. Quem sabe o Governador venha até a esclarecer algumas coisas importantes, porque V. Exa. diz ter uma fita que diz que o Rasesa trabalhava para ele. É a mesma coisa que alguém dizer: “olhe, eu trabalho para o Scarpellini. Mesmo que esteja lotado no gabinete do Scarpellini, e faço uma besteira; mas, estou trabalhando para o Scarpellini, não posso dizer que o Scarpellini é o chefe, se alguém erra ou faz alguma coisa”.

Agora, quero sugerir aos senhores membros da Comissão: por que não convidar o Sr. Governador para vir à CPI? Eu não vejo problema nenhum. Quem não deve, não teme. Por que não convocar o Governador? É legítimo convocar o Governador? Governador pode vir à CPI, Deputado Neivo, V. Exa. que tem experiência? Pode. Então, porque não se convoca o Governador Roberto Requião? Quem sabe ele venha a trazer alguma contribuição para a CPI. Não vejo problema nenhum.

Agora, gostaria, Deputado Scarpellini, de pedir a V. Exa. que encaminhasse as fitas à CPI, porque V. Exa. fala desta fita que o Rasesa diz que o Requião está

falando, que V. Exa. encaminhasse à CPI, porque o senhor está atrapalhando as investigações, quando o senhor tem um e não quer ceder à CPI, que está investigando. Se o senhor tem a prova, o senhor passe à CPI, ou as provas que o senhor diz que tem.

Queria, ao mesmo tempo, dizer ao Presidente, eu quero fazer uma Questão de Ordem, sexta-feira termina o período legislativo, esta CPI começou rapidamente em função da pressão que aconteceu, e foram nomeados sete membros. Dos sete, três caíram fora. O Presidente Anibelli que não está aqui, não o vejo, comunicou à Presidência desta Casa que os Deputados já haviam sido afastados, porque não compareceram a três Sessões.

Diz o Regimento que está em minhas mãos: o Deputado que não aparecer em três Sessões, automaticamente está fora da CPI. Então, os três Deputados não fazem mais parte da CPI. E a CPI pediu que a Assembléia Legislativa indicasse novos membros para continuar a CPI.

Agora, eu queria consultar V. Exa, que está presidindo, ou nosso Presidente Hermas Brandão que aqui está, porque sexta-feira entrega o período legislativo, e diz o Regimento Interno que as comissões podem até trabalhar no recesso parlamentar. A Comissão poderá atuar durante o recesso parlamentar. Agora, tem um detalhe, o artigo 273 do capítulo único das exposições finais diz: “Serão arquivados em qualquer fase da sua tramitação as proposições apresentadas em legislaturas anteriores.” Quer dizer, a CPI é uma proposição.

Então, Sr. Presidente, eu consultaria esta Casa, se nós fizemos um relatório até sexta-feira, se isso será votado nesta Casa até sexta-feira, para nós até termos uma satisfação, porque dá para fazer um relatório baseado no que nós ouvimos, baseado em alguns documentos, baseado em alguns depoimentos. Eu consultaria V. Exa. se serão colocados os Deputados que estão faltantes para a gente ouvir mais umas duas pessoas até o final, convocar até o Governador se for o caso também. Porque até agora eu só ouvi o pessoal dizer que o Governador Roberto Requião é o responsável pelos grampos, eu vi V. Exa. falar várias vezes aqui. Quem sabe seja a oportunidade de trazer o Governador para ele falar aqui na CPI, eu não vejo problema nenhum. Agora, basta ver se a maioria da CPI quer convocá-lo. Eu não vejo dificuldade nisso, e acho que o Governador também não deixaria de comparecer, até porque tem aquele ditado: “Quem não deve não teme”.

Finalizando, se nós fizemos o relatório até quinta-feira, vamos ouvir o Rasesa na quinta, se é que ele vai vir na quinta, se não vai vir com o salvo-conduto que não lhe obrigue a falar, que é uma peça chave. Se ele vir na quinta-feira, na sexta-feira eu entregando o relatório parcial, esse relatório será colocado em Plenário para ser apreciado? Porque senão não adianta, a CPI encerra, nós vamos aqui terminar a CPI de que forma? Como hoje, ouvindo a imprensa fazendo comentários, comentários em todos os jornais.

Então, eu queria consultar V. Exa, Presidente Hermas Brandão, o Presidente que está neste momento dirigindo os trabalhos, se nos ouvirmos o policial Delcio Raser na quinta-feira, que a gente possa virar a noite se for o caso para fazer um relatório para apresentar, porque tem que apresentar um relatório.

Eu não estou brincando aqui de ser Deputado, eu não vim aqui para brincar de ser Deputado, e se eu fui indicado para ser relator eu farei um relatório do que eu vi, do que eu acompanhei, dos documentos que eu tenho, eu vou fazer um relatório, inclusive com o que eu ouvi agora do Deputado Scarpellini, e já solicito à Mesa desta Casa que me forneça as notas taquigráficas para a CPI do que falou o Deputado Scarpellini.

Então, eu pergunto ao Presidente se há prazo dessa legalidade, se há como fazer um relatório? Porque senão acabou a CPI, está encerrada a CPI, acabou, não tem o que fazer; tem que encerrar a CPI e não ouvir mais ninguém, Presidente. Eu gostaria de ouvir a sua palavra, porque agora paira essa dúvida no ar. Eu gostaria, o nosso Presidente está no plenário, de conceder a ele a oportunidade de nos esclarecer.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Eu gostaria de esclarecer a V. Exa, com o devido respeito ao Presidente Pedro Ivo. V. Exa. realmente se apresentar o relatório até sexta-feira, será votado o seu relatório. Se for devidamente assinado pela maioria dos membros da Comissão, não há motivo nenhum de nós votarmos o relatório. E como V. Exa. falou e, conhece o Regimento desta Casa, automaticamente estará arquivada com o encerramento deste ano legislativo. Então, tem necessidade que V. Exa. formule o relatório até a próxima sexta-feira.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu acho que aí fica esclarecido, Sr. Presidente, essa convocação. E eu até sugiro aqui, gostaria de ouvir os demais companheiros da CPI, por mim eu convoco o Governador Requião para vir à CPI. Eu acho que o Governador não vai se negar a vir a essa CPI. Eu não vejo porquê ele não vir, quem sabe ele possa até contribuir para nós terminarmos esse relatório. Eu acho que o Governador durante a sua campanha falou que foi atacado tanto por esse caso, quem sabe o Governador venha contribuir.

Vou me propor, se assim o Presidente da Comissão, Deputado Anibelli - que não vejo aqui, deve estar em seu gabinete -, quiser. Nós podemos até fazer uma reunião, hoje, aproveitando que o Deputado Miltinho Pupio está aqui, apesar de que o Deputado Miltinho já saiu da CPI, deixou de comparecer em três Sessões e está fora.

Se depender de mim, eu não vejo problema em convocar o Governador Requião. O Governador é um homem tão transparente e acho que não vai se negar a comparecer a esta Casa.

Eu lhe concedo um aparte, Deputado Scarpellini, para o senhor não dizer, depois, que não lhe concedi um aparte e para não ser deselegante com V. Exa.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Está encerrando o seu tempo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas dá, tem dez segundos.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Não, não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não vai usar? Bom, depois o senhor não diga que não lhe concedi.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

O senhor me dá dez segundos e acha que está concedendo?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas 10 é 10, é menos que 01!

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

É o tempo que vocês vão usar se o Requião vier para ser ouvido!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Bom, eu queria registrar aqui e agradecer ao Presidente Hermas Brandão.

Vou fazer o relatório nem que eu tenha que virar quinta-feira à noite toda. Vou fazer o relatório e vou apresentar sexta-feira a esta Casa. Será um relatório baseado naquilo que eu vi, ouvi, li e os documentos que recebi. Vou apresentar o relatório até porque não vim aqui para brincar de ser Deputado. Posso ter defeitos, mas não vim brincar de ser Deputado.

Eu não sou a maioria da CPI, não. Se a maioria dos companheiros quiser, nos reunimos hoje e deliberamos a convocação do Governador Requião, porque não vejo problema nenhum e acho que o Governador poderá comparecer na CPI. Fica esse alerta e eu, na quinta-feira, após ouvir o Raser ou não ouvir o Raser, vou propor meu relatório aqui porque muitos estão dizendo que essa CPI vai acabar...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo já se esgotou, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Fui citado aí duas ou três vezes pelo Deputado Jocelito, ...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, peço sua compreensão, pois não cabe Pela Ordem pela citação. V. Exa. poderá ainda usar o espaço das explicações pessoais ou uma parte no Horário das Lideranças. Peço sua compreensão para que não tenhamos precedentes.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de registrar e agradecer a presença de duas professoras de língua japonesa enviadas pela Jaica, do Governo do Japão, são as professoras Ioko Miamoto e Iuba Aoke.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas às professoras.

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Faço uso da palavra, neste dia, para comemorar a história de um veículo de comunicação e, ao mesmo tempo, a inauguração desse veículo na nossa cidade de Londrina.

(**Lê**):

“A história de um veículo de comunicação não pode e nem deve deixar de ser o espelho da história de seu país, de sua cidade e de sua gente. Nascida em Cascavel, em 1979, por obra do jornalista João Milanez que, em 1982, associou-se aos empresários Pedro Muffato (Grupo Muffatão), Tito Muffato e Hermínio Vieira (Grupo Super Muffato), a TV Tarobá sempre foi a porta-bandeira, a linha de frente, a porta-voz do coração, pensamento e alma do povo do Paraná.

Desde sua criação, a TV Tarobá é uma afiliada da Rede Bandeirantes de Televisão, caracterizando-se, principalmente, por sua atuação regional, com produção própria de alta qualidade, tornando-se líder em quase todas as faixas horárias em que mantém programação local. Em um momento especial para a assinatura da renovação do contrato com a Rede Bandeirantes, se fizeram presentes o Sr. Salazar Barreiros, Sr. Pedro Muffato, Sr. João Saad (Rede Bandeirantes) e o jornalista Sr. João Milanez.

A TV Tarobá tem a maior área de abrangência regional por emissora do país. Suas imagens em sinal aberto atingem o Oeste, Sudoeste, Noroeste, Centro Oeste, parte do Sul e do Norte do Paraná, além do Norte da Argentina e Leste do Paraguai, compreendendo uma população com mais de quatro milhões de habitantes.

A TV Tarobá, com imagem digital cobre toda a América do Sul, mantendo o sinal da programação local disponível na internet. A produção de programas locais é o grande diferencial das demais emissoras do interior do país.

Agora, a TV Tarobá dá mais um importante passo rumo a modernidade, ao instalar sua nova sede na Avenida JK em Londrina. Moderna, dinâmica, com tecnologia de ponta e uma equipe altamente qualificada a TV Tarobá dá um passo à frente em sua história e certamente ainda irá escrever páginas ainda mais importantes na história dos meios de comunicação de nosso Estado.”

Sr. Presidente, é para comemorar a inauguração do novo prédio da TV Tarobá que faço homenagem ao grupo todo, que tem iniciativas em outras áreas empresariais importantes. O Grupo Muffato, hoje o top de marcas quando cita a marca Supermercado no interior do Estado é o Muffato o mais lembrado e não o Carrefour, e não os grandes grupos. A nível de Paraná é o Condor.

Portanto, marcas paranaenses.

A TV Tarobá também produz uma imensa gama de programas regionais como bem sabem os Deputados da região oeste. E ao mesmo tempo debate questões do Paraná permanentemente. Quando ouvimos e assistimos passar pelo programa Entrevista Coletiva, lideranças Pplíticas, lideranças regionais, lideranças do Paraná, mas também Ministros de Estado, candidatos a Presidente da República. Enfim, lideranças da política a nível nacional demonstra também o prestígio da TV Tarobá.

Portanto, amanhã é um dia de festa para o Grupo Muffato, mas também é um dia de festa para o Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No uso das minhas atribuições regimentais, subo à tribuna nesta tarde para informar ao Plenário que estou entregando o relatório ao Presidente da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Terras do Oeste do Estado do Paraná. E, como tenho dúvidas até se teremos o tempo hábil, necessário para que seja dado o encaminhamento deste nosso relatório, depois de quatro meses de trabalho incansável, inclusive do corpo técnico desta Casa.

Eu, como Deputado, em respeito a este trabalho, tenho a obrigação de informar aqui aos demais Deputados desta Casa, a conclusão e as soluções encontradas pela Comissão.

(**Lê**):

Procedida a verificação determinada pelo Plenário da Assembléia e pelo Ato da Presidência nº 001/06, esta Comissão Especial de Investigação, após proceder

diligências in loco nas Fazendas 4-R, Boito, Syngenta e Kelly, e analisar todos os documentos constantes do Arquivo Geral, mencionado no item 5, tem as seguintes conclusões a expor:

1 - Todas as fazendas continuam ocupadas pelos Movimentos Sociais MST e Via Campesina, conforme exposto no item 06, deste relatório.

2 - O Governador do Estado sabedor de possível ação reversiva em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, de autoria da Estação Experimental Syngenta Seeds Ltda, após constatada a omissão ao cumprimento de mandado de reintegração de posse, numa flagrante tentativa de livrar-se, das conseqüências de possível pedido de intervenção do Estado por descumprimento de mandado judicial, iniciou o processo de desapropriação da Estação Syngenta, declarando a área de Utilidade Pública para fins de desapropriação, com publicação no Diário Oficial do Estado. Este ato foi reprovado por esta Comissão entendido como uma manobra inócua.

3 - As Fazendas Boito, Syngenta e Kelly, encontravam-se no momento das respectivas invasões, com situação documental regular para exercício de suas atividades.

4 - As invasões foram realizadas ao arrepio da lei e caracterizaram violação do direito de propriedade.

5 - As invasões provocaram danos de grande monta aos proprietários.

6 - O Poder Judiciário expediu mandado de reintegração de posse aos proprietários, sendo que os mesmos não foram cumpridos pela autoridade competente.

7 - Constatada a omissão da autoridade competente, para o cumprimento das reintegrações de posse, essa Comissão Especial de Investigação não pode deixar de conotar em conclusão neste relatório, os efeitos desta omissão e o desrespeito ao cumprimento das sentenças judiciais, sob pena de omitir-se também e ser da mesma forma responsabilizado. Neste sentido indica a abertura de processo para julgamento do Governador do Estado, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, nos termos do artigo 89 da Constituição do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, para caracterização do crime de responsabilidade nós avocamos aqui a Lei nº 1079/1950, no seu artigo 12. Segundo o Regimento Interno, ao término dos trabalhos no prazo de cinco Sessões constadas no seu recebimento, faça publicar no Diário da Assembléia e encaminhar a uma submissão do relatório ao plenário, para discussão e votação, dentro de cinco Sessões contadas do recebimento desta.

Sr. Presidente, fazemos questão de trazer aqui os encaminhamentos desta Comissão Especial de Investigação, com fundamento em todos os itens já relatados anteriormente e observadas as conclusões expressas. No item 08 solicitamos os seguintes encaminhamentos:

01 - encaminha-se o relatório ao Presidente da Assembléia Legislativa, para dar cumprimento aos preceitos contidos no artigo 38 do Regimento Interno, sendo este destinado ao exame do Plenário da Assembléia, no

prazo de cinco Sessões de seu recebimento, na forma de projeto de resolução constante do anexo 01 deste mesmo relatório;

02 - encaminha-se cópia deste relatório ao Ministério Público do Paraná, ao Governo do Estado do Paraná, aos proprietários das Fazendas 4-R, Boito, Syngenta e Kelly. Encaminha-se cópia também para os movimentos sociais envolvidos, MST e Via Campesina, para a publicação também no Diário da Assembléia, para o relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o Congresso Nacional, para a Associação dos Produtores Rurais Lindeiros do Parque Nacional, para a Faep - Federação dos Agricultores do Estado do Paraná, para a Amope - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Encaminha-se oficialmente ao Promotor Wanderlei Batista da Silva, coordenador do Centro Operacional de Apoio Operacional para questões da terra rural, do Ministério Público do Estado do Paraná, que esteve presente junto com a nossa comissão, onde estivemos fazendo as diligências no Oeste do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, peço também para usar neste momento o Horário da Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

(Assentimento)

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

Esta Comissão de Investigação também apresenta como nosso relatório à Comissão, ao Presidente e aos demais Pares o projeto de resolução que tem como súmula, aprovando o relatório desta Comissão e instaurando o processo de julgamento do Governador do Estado, por crime de responsabilidade, pelo descumprimento de sentenças judiciais.

(Lê):

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Fazendas no Oeste do Paraná, constituída através do Ato da Presidência de nº 001/06.

Art. 2º Fica instaurado o processo de julgamento do Governador do Estado do Paraná, nos termos dos artigos 88 e 89 da Constituição do Estado, por crime de responsabilidade, em virtude de descumprimento de sentenças judiciais de reintegração de posse das Fazendas Kelly, Estação Experimental Syngenta Seeds Ltda. e Boito, com os fundamentos apontados pelo relatório final da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Fazendas do Oeste do Paraná.

Art. 3º Fica determinado à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa que instaure o devido processo de julgamento do Governador, utilizando-se dos fundamentos indicados pelo Relatório Final da Comissão Especial de Investigação das Invasões de Fazendas no Oeste do Paraná, para que no prazo de 10

(dez) dias, a contar da aprovação desta Resolução, apresente parecer ao Plenário da Assembléia indicando o afastamento definitivo ou a absolvição do Governador.

Art. 4º Fica afastado de suas funções o Governador do Estado, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, até que finde o processo de julgamento ou no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 89, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 5º Fica convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa no período de recesso parlamentar, até que finde o processo de julgamento do Sr. Governador, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 2º, do Regimento Interno.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

*Comissão Especial de Investigação
das Invasões de Fazendas do Oeste do Paraná*

Sr. Presidente, nós ainda também encaminhamos um Relatório à Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa, solicitando que seja respeitado o artigo 38 do Regimento Interna desta Assembléia Legislativa, para que antes que o recesso aconteça, nós tenhamos o encaminhamento deste Relatório à Comissão e, portanto, para que ele seja entregue a este Plenário.

Nós fomos inclusive questionados por alguns Deputados da Comissão de que por se tratar de uma Comissão Especial de Investigação, nós não teríamos esses poderes. Mas, embasados na lei, pelo trabalho magistral que tivemos dos técnicos desta Casa que nos assessoraram, acreditamos que diante das irregularidades, não podemos simplesmente fingir que o que constamos não existiu. E é por isso que estamos encaminhando esse relatório, embasado técnica e juridicamente, para dentro das nossas atribuições regimentais fazer este pronunciamento e encaminhar este relatório. Estamos aguardando até o Presidente Elio Lino Rusch que realmente se confirme a reunião para amanhã, a fim de que este relatório possa ser devidamente lido e analisado pelos demais Deputados.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quería perguntar a V. Exa. só a composição da CPI. Quais foram os Deputados dessa Comissão Especial que trabalharam nesse caso?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sim. Nós fizemos as diligências junto com o Deputado Reni Pereira, presididos pelo Deputado Elio Lino Rusch e também com o Deputado Duílio Genari. Também fazem parte desta Comissão, mas não puderam com-

parecer, os Deputados Miltinho Pupio, bem como o Deputado José Maria Ferreira, sendo que o PT não teve a indicação de nenhum membro para participar dessa Comissão Especial de Investigação, Sr. Deputado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quer dizer que foram só os três Deputados que trabalharam nessa Comissão?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não. Todos trabalharam. Os que fizeram as diligências fomos este Relator, o Presidente Elio Lino Rusch, juntamente com os Deputados Duílio Genari e também o Deputado Reni Pereira. Os outros Deputados não puderam participar das diligências nas fazendas do oeste do Estado, mas eles trabalharam dentro da Comissão também, Sr. Deputado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

E na Comissão foi aprovado esse seu relatório?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não. Estou justamente fazendo uso da palavra...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Internamente não foi aprovado?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

O mesmo receio que V. Exa. tem em relação à CPI do Grampo, estou salvaguardando os meus direitos regimentais, subindo à tribuna nesta tarde para deixar aqui registrado o nosso relatório, para que ele possa ser de conhecimento dos demais Deputados e também da sociedade paranaense, porque não podemos nos omitir diante desta questão. Vamos aguardar qual será o encaminhamento dado ao nosso relatório dentro da Comissão Especial de Investigação, presidida pelo Deputado Elio Lino Rusch, a quem concedo um aparte neste momento.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Barbosa Neto, em entendimento com V. Exa., com o Deputado Miltinho Pupio, Deputado Reni Pereira, Deputado Duílio Genari e só não conversamos ainda com o Deputado José Maria Ferreira, mas está mantido e a convocação dos parlamentares será para as 10h00 amanhã de manhã, quando V. Exa. vai apresentar o seu relatório na Comissão e se for aprovado com emendas ou sem emendas nós não sabemos, mas a Comissão vai se reunir amanhã, às 10h00.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Quero agradecer o aparte do Deputado Elio Rusch e agradecer também ao Deputado pelo trabalho que nos preside nessa Comissão, trabalho sério, isento, honesto e íntegro. E nós agradecemos a deferência de V. Exa. quando subimos aqui a esta tribuna para tratarmos especificamente desse assunto. Não se trata de nenhuma

dúvida quanto à presidência de V. Exa. nessa Comissão, mas como nós não temos, talvez, tempo hábil até para que esse relatório chegue ao conhecimento dos demais Pares desta Casa, nós estamos apenas fazendo, aqui, também a nossa parte.

Concedo mais um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Só para colaborar ainda com V. Exa. em relação à pergunta levantada pelo Deputado Jocelito Canto, dizer que os quatro Deputados foram *in loco* na região Oeste, acompanhados sempre pelo Ministério Público, Dr. Wanderlei Batista, a quem nós vamos convidar para participar da reunião amanhã também. E nas reuniões que nós realizamos na Assembléia Legislativa, nas oitivas que participaram os representantes da Fazenda Syngenta, da Fazenda Boito, e da Fazenda Kelly, sempre teve a presença também do Deputado José Maria Ferreira, e a presença também do Deputado Miltinho Pupio - apenas na visitação, quando fomos *in loco*, quatro Deputados e na Comissão são sete Parlamentares. E, vale dizer mais, se você fizesse uma visita de dois Deputados, um, ou dois, ou três, não existe quórum para a oitiva, inclusive, serve para o Deputado Jocelito Canto. Pelo que eu entendo do Regimento Interno, você precisa ter a maioria absoluta, ou seja, quatro Deputados, para deliberar, mas pegar depoimento não se exige quórum qualificado. Eu não quis pedir aparte para o Deputado Jocelito Canto, é isso que rege o Regimento Interno.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito bem lembrado. Até o Deputado Jocelito Canto deve ter conhecimento dessa informação por se tratar também de um Deputado experiente.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, eu aproveito também para agradecer aqui aos Drs. Jeferson, ao Dr. Wilson, que também nos acompanharam nas nossas diligências às fazendas do Oeste do Estado. Agradecer ao Deputado Duílio Genari, ao Deputado Reni Pereira, ao Deputado Elio Rusch, e também aos Deputados José Maria e Miltinho Pupio, que fazem parte dessa Comissão.

É uma questão extremamente importante essa que estamos tratando, haja vista, que lá no Oeste do Estado nós tivemos há cerca de quinze dias uma pancadaria generalizada entre proprietários e sem-terra. E para que nós evitemos o pior, nós não podemos simplesmente dar uma de Pôncio Pilatos e lavarmos as nossas mãos. Foi incumbido a este Deputado esse trabalho e nós estamos terminando com a conclusão do nosso relatório. Se será aprovado ou deixará de ser aprovado, não cabe a este Deputado, como apenas membro eu irei votar e participar dessa Comissão na manhã de amanhã, cabe aos demais Deputados, cabe a esta Casa, também tomar aqui as devidas providências em relação a esses fatos que eu reputo como extremamente graves. Se houve flagrante e desrespeito à lei, nós não podemos nos omitir, estamos invo-

cando apenas aquilo que está escrito na Constituição, no Regimento Interno. E para respeitar a população que paga o nosso salário, a população que tem também cobrado de todos nós uma posição em relação a esse caso, nós não nos omitimos, nós realizamos a nossa função. E estamos encaminhando agora para o plenário, posteriormente, mas inicialmente para a nossa Comissão para que os devidos encaminhamentos sejam feitos. Só que nós, eu repito aqui, como agentes públicos, não podemos deixar de tratar dessa questão que é extremamente delicada e a sociedade merece uma resposta com urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Ivo.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Grande Expediente: Carlos Simões. Foi dividido o espaço com o Deputado José Maria Ferreira.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados. Hoje a Casa está cheia. Cumprimento, aqui, o Dr. Francisco Eugênio Diretor do Hospital Universitário de Londrina e também Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná. Este é um momento de despedida. No dia 16 de fevereiro do ano em curso usei a tribuna por uma razão ou outra e dizia que iniciávamos um ano muito difícil, um ano de eleição, um ano que evidentemente alguns voltariam e outros não voltariam, mas que precisávamos ter a maturidade para saber da recondução ou não reconhecer esta Casa. Nesta tarde talvez faço o discurso, meu caro Iensen, que eu e você não gostaríamos de fazer, o discurso da despedida da Casa, da despedida dos amigos, deste ambiente. Porque as amizades, aqui conquistadas, aqui seladas por anos de diálogos de discussão, de embate, elas transcenderão o tempo, com certeza. Mas tenho quase trinta anos de vida pública, meu primeiro mandato consegui em 1976, talvez junto com muitos dos senhores, em especial do Deputado Hermas Brandão que foi Prefeito da cidade de Andirá enquanto eu era Vereador da cidade de Ibiporã.

Ao longo desses anos trabalhamos, olhamos a coisa pública com respeito, com seriedade, com visão de que nada pode mudar para melhor a questão social, a questão de justiça do que a participação na vida pública. Isso foi o que sempre nos motivou, sempre foi a alavanca para que nós tivéssemos dentro da Casa, ou dentro da Assembléia Legislativa, na Prefeitura onde atuamos a vontade e a determinação para continuar. Foi um privilégio, Deputada Elza Correia, poder ter passado, ter vivido esses doze anos na Assembléia Legislativa.

Hoje fizemos a nossa última reunião dessa Legislatura da Comissão de Constituição e Justiça. Nesta Comis-

são atuei durante dez anos dos doze que aqui, passei, por honra dos nossos pares, por indicação dos partidos que representei e lá busquei fazer o melhor papel.

Quero neste momento agradecer a todos, os nossos funcionários da Casa, das Comissões, assessoria de imprensa, aos Presidentes desses doze anos que passaram pela Casa, dizer que levo daqui, Sr. Presidente Pedro Ivo, a sensação de que não fizemos tudo que era possível fazer, não fizemos tudo que desejávamos, não fizemos nada que para cá fomos imbuídos, até porque aqui é um colegiado, Deputado Neivo Beraldin, e é a essência da democracia, a essência do respeito, a essência da tolerância, que não se faz o que quer, mas se faz aquilo que é possível fazer em função das correspondências das forças que, aqui, se encontram.

Esta Casa, junto com ela, os amigos, as amigas, ao longo desses doze anos, deixam uma marca indelével na minha vida. Não só na minha vida, mas na vida de meus amigos, de meus familiares, porque parece a nós, que estamos aqui, não parece que estar sentado nesta poltrona é tão importante, mas no momento em que você sente que, num breve espaço de tempo não vai poder estar mais usando desta tribuna, não vai mais estar usando e interferindo no processo de construção do Estado do Paraná a partir de um processo legislativo, evidentemente que este arco da distância aproxima-se muito e com ele, já com certeza, a saudade de não poder estar aqui participando dos debates, participando dos encaminhamentos das soluções para o nosso Estado.

Quando entrei na campanha, Deputado Elio Rusch, eu não queria estar hoje aqui na condição de fazer o discurso da despedida, mas a política não escolhe; você é escolhido. Na política, você não escolhe, você é escolhido. Fomos escolhidos para não estar aqui nos próximos quatro anos e é por esta razão que quero deixar o meu fraternal abraço a todas as lideranças. Às lideranças do meu Partido, às lideranças dos outros Partidos que ao longo desses anos convivemos, à liderança do Governo, da Oposição. Saio daqui com muito mais amigos do que quando cheguei. Não tinha tantos amigos. Hoje, graças a Deus, posso voltar para Ibiporã, para a minha casa com um rol de amigos muito maior, e na vida, isto deve somar. Volto também, com a sensação pessoal, não coletiva, pessoal, de que se mais não fiz, Deputada Elza Correia, talvez dependeu um pouco mais de mim, mas, dentro das minhas limitações, dei o melhor.

Concedo aparte ao Deputado Stica, depois ao Deputado Nereu e à Deputada Elza Correia. Também ao Deputado Pastor Edson e Jocelito Canto.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Deputado José Maria Ferreira, V. Exa. não tenha dúvida, vai fazer muita falta a sua ausência aqui nesta Casa, como vai fazer falta a ausência de muitos Deputados que não conseguiram a reeleição. Eu falo de V. Exa., porque me espelhei em V. Exa., no seu mandato, pela postura ética, pela seriedade com que conduz os

trabalhos, pela seriedade com que se dedicou no trabalho que se propôs a fazer e teve o respaldo popular. Eu não estou falando isso pela primeira vez. Eu já falei aqui, ao seu lado, que vou sentir muito de ver na Assembléia, pessoas que aqui não estarão. Eu, inclusive, também não estarei aqui também, mas V. Exa. é a maior falta que eu sinto que esta Casa terá, por tudo o que eu presenciei nesses quatro anos e que tive a oportunidade de tê-lo como meu professor, estando sempre aqui do seu lado.

Agora, tenho certeza que não é um adeus, que V. Exa. está fazendo a essa tribuna. Tem que dizer até breve, por que eu não tenho dúvidas que o senhor vai voltar. Vai voltar pela maneira ética, fidalguia com que trata as coisas públicas nesse Estado e nesse País.

Parabéns, Deputado José Maria, tenho certeza que em 2010, eu vou acompanhar as notícias e vou ler lá o seu nome de novo como uma das pessoas que vão estar aqui representando e muito bem o povo do Paraná. E muito obrigado pela oportunidade que V. Exa. me deu aqui, no aprendizado, que eu também tive aqui nesses quatro anos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Deputado Stica, eu que agradeço o privilégio e a convivência da forma amigável e afável com que tem me tratado esses anos todos. daquelas recordações boas que se leva na vida e aqui nós estamos fazendo isso.

Deputado Nereu Moura, e depois o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. está usando à tribuna, hoje, para se despedir dessa Casa. A gente sente aqui, que V. Exa. faz um pronunciamento emotivo, porque com o passar dos anos, V. Exa. também, naturalmente, que adquiriu nesta Casa o apreço pelos funcionários, pelos próprios funcionários que por aqui passaram, pelas repartições, pelo Plenário, pelo gabinete, pela CCJ, enfim, por onde V. Exa. desfilou como Deputado Estadual representando o povo do Paraná. Sempre se pautando na ética, na conduta ilibada, com seriedade, com responsabilidade, V. Exa. orgulhou o povo que lhe conduziu para cá, por três mandatos. Nós gostaríamos muito que V. Exa. pudesse permanecer aqui, esperamos que essa sua retirada seja breve, que daqui no engrandecer a vossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para melhorar cada vez mais a vida do povo do nosso Estado.

Tenho uma admiração enorme por V. Exa., um respeito grande, vamos sentir saudades da sua conduta séria, responsável. Um Deputado vibrante, inteligente, preparado e que deixou marcado aqui em cada pegada a sua passagem pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabenizar pelo trabalho que fez e dizer que o que depender de nós, nós faremos para que V. Exa. possa voltar aqui, o mais breve possível. Enquanto não voltar que

Deus ilumine os seus passos para que V. Exa. possa dar sequência normal a vossa caminhada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado pelo aparte Deputado Nereu Moura, a quem eu tenho muito apreço, um Deputado combativo, inteligente e que fez a sua história nessa Casa pela firmeza e pela coerência.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado José Maria Ferreira eu agradeço a oportunidade de apartear-lo nesse momento, porque convivi com V. Exa., durante esses doze anos, em que V. Exa. esteve nessa Casa, e confesso que um dos Deputados mais centrados, mais atento aos interesses do Estado, sem sombra de dúvidas foi V. Exa., preparado, maduro, tranquilo, próprio daqueles que têm a sabedoria.

Então, Deputado José Maria, a sua breve despedida também há de servir para uma reflexão dos nossos eleitores, da população que à medida que o processo democrático é exercitado, cada vez mais certamente nós vamos eleger aqueles que estão mais preparados para a função árdua e importante que é a função de Legislador. V. Exa. tem a essência do Legislador. V. Exa. compreende com ampla clareza o que é ser um Parlamentar. Por isso o cumprimento e desejo boa sorte. Cumprimento a sua família, a compreensão da sua família, por ter permitido que tivesse se dedicado durante esse longo tempo nessa labuta de defender a população do Estado.

Parabéns! Tenha acima de tudo, nesse momento, a nítida impressão de que estamos próximos do natal, então esse natal há de vir cheio de alegria, porque V. Exa. cumpriu a sua função na plenitude.

Parabéns!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Agradeço, Deputado Neivo Beraldin. Igualmente tenho um respeito enorme pela sua dedicação, a sua capacidade de acompanhar as contas do Estado, contas públicas e pelo zelo. O Parlamento necessita imperiosamente de homens e mulheres que atuem com essa visão, com esse foco, porque o foco tem que ser um foco de respeito, da decência da aplicação dos recursos públicos, porque caso contrário, nós não vamos melhorar o que aqui está.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Eu que convivi com V. Exa. muito tempo aqui na Assembleia Legislativa, não só no Plenário, mas nas Comissões, nas CPIs, nas Comissões Permanentes da Casa. Tenho visto a sua ação e a sua atuação sempre na defesa do nosso Estado do Paraná. O senhor que já foi Prefeito de Ibiporã fez uma grande administração. V. Exa. que foi um Parlamentar exemplar nessa Casa, pela sua linha, pela sua posição, pela sua coerência, principalmente nas questões que se referia à questão financeira, orçamentária, tributária, na qual V. Exa. é um expert. Quero lhe parabenizar pelo conhecimento que tem na

questão orçamentária e financeira e lamentar profundamente a sua não reeleição.

Mas infelizmente, Deputado José Maria, hoje nós somos poder, amanhã nós não somos. É o jogo democrático com o qual V. Exa. bem disse. Mas que com toda certeza o Parlamento do Estado do Paraná sentirá a sua ausência nos próximos anos. Felicidades, embora nós divergimos politicamente, mas tenha na pessoa do Elio Rusch um amigo, uma pessoa para todas as horas. O meu gabinete sempre será o seu gabinete. Sinta-se como se estivesse na sua casa quando estiver na Assembleia Legislativa.

O nº 602 também é seu.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado Deputado Elio Rusch, como bem disse, os amigos não precisam estar na mesma trincheira. Necessariamente não. Eles têm mais valor quando estão em trincheiras opostas, porque é sinal que nós sabemos reconhecer e dividir bem o que é amizade, o respeito e o caráter do homem. Tenho por V. Exa. um enorme respeito e por isso acolho as suas palavras como de um amigo.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Companheiro de Parlamento, de partido, queria dizer a você que a gente sempre escuta dizer que ninguém é insubstituível, mas algumas pessoas fazem muita falta. Essa Casa perde um grande Parlamentar, perde um exemplo de Parlamentar comprometido, não só com entendimento ideológico, mas comprometido com o dever e o entendimento do que é fazer política, porque fazemos política. Então, mais do que um Parlamentar, V. Exa. demonstrou ter uma causa, neste tempo todo que ficou aqui na Assembleia Legislativa. Eu fiquei muito pouco tempo, quatro anos, mas, pude nestes quatro anos de convivência com V. Exa. descobrir o quanto vai ser difícil para a Assembleia Legislativa a falta de um Parlamentar da estatura de V. Exa.

Queria dizer também que nada é definitivo. Nós construímos nossa história ao caminhar. Às vezes interrompemos o caminhar entrando num atalho, numa outra trilha, um outro caminho, mas podemos voltar à estrada principal.

Tenho certeza absoluta que um homem que faz política com a sua responsabilidade, com seu compromisso, com sua seriedade e ética, certamente haverá de voltar para o caminho central da sua proposta, que é continuar na vida pública e eu não tenho dúvidas de que V. Exa. voltará para esta Casa ou irá para a Assembleia Federal, alçar outros vãos, quem sabe. Mas, sempre na vida pública, porque não conseguimos mais deixar de estar neste espaço, que constitui um espaço tão importante e que nos dá a possibilidade de mudar a vida das pessoas.

Eu saio daqui triste, mas acho que vou fazer muito pouca falta. V. Exa. sim, construiu uma história aqui e eu quero dizer, neste momento, que eu o respeito, em alguns

momentos divergimos, porque isto faz parte do processo democrático, mas foi muito bom conviver com uma pessoa como V. Exa.

Muito obrigada por esta oportunidade de convívio.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Deputada Elza, tenho por V. Exa. um profundo respeito, pela competência, pela coerência, pela postura sempre reta e muito bem consciente do que faz aqui. Esta Casa perde muito com sua ausência. Por isto, não concordo com V. Exa. Já a conhecia, somos vizinhos, mas passei aqui a conhecer não a política Elza, mas a mulher Elza, o ser humano Elza. E este engrandeceu a minha amizade. Porque há algumas amizades que nos orgulham, nos acrescenta ter convivido. E V. Exa. pode ter certeza, foi uma destas pessoas, que me traz esta alegria em ter estado aqui.

Muito obrigado.

Deputado Pastor Edson Praczyk tem o aparte.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Meu amigo Deputado José Maria, serei breve nas minhas palavras. Conhecendo V. Exa. como uma pessoa cristã, assim como eu também sou, pessoa temente a Deus, que faz de tudo para preservar os bons princípios bíblicos, cristãos e da família, citarei um versículo bíblico que diz *dai honra a quem tem honra*.

De público quero honrá-lo com meu sincero agradecimento, porque também sou um dos Deputados que teve o alto privilégio de conhecê-lo, conhecer todo o seu caráter, sua dedicação, sua honestidade. Quando chegamos, ainda novato nesta Casa de Leis, procuramos nos espelhar em alguém e este alguém que escolhi foi V. Exa., que tão carinhosamente e com todo cuidado que lhe é peculiar, procurou me dar os primeiros passos, os primeiros nortes, para que eu não me assustasse diante de tantas novidades que encontrei aqui nesta Casa de Leis.

Então, neste agradecimento público, por este companheirismo, por esta honestidade, quero rogar a Deus que o senhor seja uma pessoa bem sucedida - com certeza será - como recompensa a toda a sua dedicação, todo o trato que o senhor tem diferenciado, como Parlamentar, sempre se pautando na retidão, na integridade, na palavra, numa única palavra, cuidando para não desapontar as pessoas que estão ao seu redor. E com certeza, num um futuro bem próximo o senhor vai ter êxito em tantas eleições quantas o senhor pleitear, mas principalmente que Deus continue o abençoando e abençoando sua família.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado Pastor Edson. Agradeço pelas palavras de ter sido alguém em quem se espelhou. Mas eu acho que foi só pela sua benevolência que fez isso, que V. Exa. é inteligente, é competente e provou nesta Casa porque está aqui já com o seu terceiro mandato, porque faz jus.

Com aparte Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Serei breve Deputado José Maria, mas quero discordar de V. Exa. que o senhor não é por benevolência, o senhor é referência, foi minha referência quando aqui cheguei, o verbo não é conjugado, o senhor continuará sendo. Eu tenho certeza, chegarão novos Deputados, existem muitos Deputados experientes, como o Deputado Nereu Moura, Deputado Elio Rusch, que colocou o senhor realmente como uma referência daqueles que querem ser Deputados na plenitude do tempo. E o senhor honrou esta Casa internamente aqui no nosso Estado, e também porque não dizer no Brasil afora, eu sei porque pude conviver com o senhor na Unale, como o senhor é amado e respeitado no Brasil afora.

Por isso que eu acho que essa despedida do senhor de repente é aqui das cadeiras da Assembléia, mas certamente o senhor continuará na vida pública, e agora já no ano que vem, porque seria um desperdício se o Governo não aproveitasse a sua inteligência, a sua coerência, e acima de tudo, a sua postura na vida pública até agora.

Que Deus o abençoe, com certeza nós vamos continuar juntos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado Deputado Reni. V. Exa. que cumpre nesse momento o primeiro mandato, vindo de Foz, mostrou que é competente, que é também político habilitado porque retorna a esta Casa com uma votação expressiva. Que Deus o abençoe e que possa continuar dando fruto da sua inteligência para o Paraná.

Com aparte o Deputado Zucchinho.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Eu sou avesso à despedida porque geralmente na despedida a gente acaba sendo tomado mais pela emoção do que pela razão. Mas a razão me permite dizer a V. Exa. aquilo que todos nós sabemos e, que a população que V. Exa. representa também sabe, V. Exa. é um homem público de valor, que acredita naquilo que faz. Isso já basta. Porque nós somos caminheiros, passageiros, nós não nascemos para ser eternamente aquilo que se é, a não ser sobre a égide do princípio, da honra e da coerência; coisa que V. Exa. primou durante o tempo que aqui esteve. Agora, tenho certeza que a sua saída daqui não lhe tira da vida pública porque esse trabalho que V. Exa. faz, por convicção e por vocação. Então, independente do cargo que ocupe estará sempre envolvido com a questão pública, tenho certeza.

Da Casa, Deputado José Maria, não espere muito, porque a vida pública é assim, ainda mais aqui. V. Exa. não terá o mesmo tratamento que teve quando era Deputado, seria hipocrisia dizer isso. Mas terá sim o reconhecimento por várias pessoas, e dentre elas eu me incluo, de que V. Exa. terá o reconhecimento pelo valor que tem enquanto homem público, enquanto colega que aqui passou, não apenas representando o Poder do Paraná, no tra-

balho que fez também na Unale, sendo para nós motivo de orgulho nos encontros em que participamos.

Um abraço, fique com Deus e conte sempre comigo. V. Exa. sabe do respeito que tenho por V. Exa. aqui na convivência que tivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo já se esgotou. V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Presidente, queria ceder o horário da Liderança do Governo para que o Deputado José Maria pudesse continuar e os demais Deputados que querem felicitar o Deputado José Maria teriam mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem mais dez minutos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Queria sugerir, Sr. Presidente, a V. Exa., tendo em vista o pronunciamento do Deputado José Maria, seja lhe dado o tempo necessário para que o Deputado possa fazer o seu pronunciamento, permitir os apartes aos Parlamentares que pretendem trocar essas impressões com o Deputado José Maria.

Passa a usar o Horário da Liderança do Governo

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Quero agradecer a V. Exa., Deputado Zucchinho. V. Exa. que chegou comigo a esta Casa e tem se mostrado dirigente, competente. Já passou pelo Executivo, em outras oportunidades, no Estado, mostra que sabe remar nas duas posições: com o Executivo e, também, como Legislador. Tem feito uma grande trabalho e, com certeza, honra esta Casa e a tradição dos Parlamentares paranaenses.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte, Deputado, e para nós é uma honra porque V. Exa. é um Deputado conceitual, é um político conceitual, muito mais do que político de resultado, muito mais do que político de uma região, V. Exa. sempre primou pela defesa de conceitos, de causas da sua consciência. Isso nos enriquece por ter convivido com V. Exa. e por trilharmos juntos os caminhos desta Assembleia.

Tenho certeza, Deputado José Maria, que V. Exa. marcou um tempo dentro desta Casa, marcou seu espaço e, mais do que isso, deixou um exemplo a todos aqueles que desejam caminhar na linha política de que com fé,

com ética, mas, mais do que tudo, com muito caráter, de que é possível sim fazer a boa política.

Parabéns a V. Exa. e tenho certeza de que onde V. Exa. estiver estará abençoado porque seus caminhos são os caminhos da retidão. Tenho certeza que V. Exa. vai continuar na vida pública porque é um exemplo para aqueles que precisam, efetivamente, fazer um país melhor.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Agradeço imensamente suas palavras e, se continuar assim, vou acabar tomado pela emoção e vou acabar não concluindo, porque é uma deferência muito grande.

Quero dizer que agradeço quando V. Exa. reconhece que não fui um Deputado de resultados, fui um Deputado conceitual. Entendo que o resultado é passageiro, ele fica estancado no resultado que ele obteve e os conceitos, as posições, elas levam para a vida.

Eu disse a um companheiro Prefeito, muitos anos atrás, que o melhor que ele tinha deixado para nós mais jovens, na época, foi o ensinamento, foi a postura, foi a linha de caráter. Ele disse: “mas, as minhas obras não valem nada?” E eu disse: “a tua maior obra foi esta que nos ensinou e ensinou gerações!” Eu aprendi, tomei pela mão e procurei fazer. Fico satisfeito de ver, hoje, isso reconhecido pelas suas palavras.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado José Maria, amigo, tive oportunidade de conhecê-lo quando era Vereador em São José dos Pinhais, o senhor era Deputado, fazia parte da executiva estadual do PSDB, o partido que pertencia, e fui muito bem acolhido. Aprendi, naquele momento, a respeitar um homem que tinha lealdade e responsabilidade com a vida pública.

Fiz amizade com V. Exa. e sempre tive muito carinho pela sua pessoa, sempre torcendo, em São José dos Pinhais, pela sua eleição. Procurei sempre ajudar um pouquinho, porque sabia que o Paraná precisava de homens como sua pessoa, mas não só o Paraná, não só a região que V. Exa. representa, mas sim a Unale, como nosso amigo Deputado Reni falou, da qual tenho oportunidade, hoje, de participar, a convite de sua pessoa.

Aprendi, junto daqueles companheiros Deputados de outros Estados, o grande respeito pelo Deputado José Maria. Bastava dizer “sou amigo do Deputado José Maria”, que percebíamos o respeito que existia por sua pessoa. A Unale, hoje, esta triste de momento porque perdemos V. Exa., mas tenho certeza que, na sequência, não vamos dizer que vão ser dias, meses, a sua volta nesta Casa é muito necessária porque o povo do Paraná precisa do seu trabalho, com a sua seriedade, a sua honestidade e a sua responsabilidade com a vida pública.

Deputado, obrigado por ser meu amigo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Eu que agradeço pela amizade que me dedicou. Isso nos fez agradecer tanto a você como a sua família.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Na sequência. Muito obrigado Francisco Bühner e que Deus possa estar com a mão estendida sobre a sua família que também é muito exemplar.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

José Maria, quero deixar que fique registrado nos Anais desta Casa, se tem uma pessoa em quem me espelhei foi você. Sua retidão, sua postura, sua conduta lá na CCJ. Ali V. Exa. realmente tem uma firmeza, estuda profundamente os projetos. Todo mundo tem seu perfil aqui. Mas essa é uma marca sua, tem o meu reconhecimento como Deputado de primeiro mandato. De fato ficou para a história e com certeza esta Assembléia perde com isso. Espero que os outros que virão tenham um perfil semelhante ao seu nessa firmeza no sentido de estabelecer pareceres fundamentados com clareza.

Tenho a certeza que esse legado esta Assembléia aprendeu muito e V. Exa. imprimiu junto com outros parlamentares um método diferente.

Hoje, inclusive, foi conversado lá na CCJ que de fato houve mudanças pela postura do Hermes Fonseca em primeiro momento. Em segundo momento o Durval Amaral e pode ter certeza, um dos Deputados membros daquela comissão que conseguiu aglutinar pela postura e pela linha foi V. Exa.

Parabéns.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Agradeço V. Exa. que conheci Vereador numa campanha da Copel, lá na cidade de Toledo, uma alegria enorme tê-lo recebido aqui. Fico feliz em poder continuar a sua caminhada na Assembléia representando o oeste do nosso Estado.

Deputado Dobrandino, quem com gentileza cedeu o horário da Liderança do Governo, tem a palavra com muita satisfação.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado José Maria, nos entristece saber que V. Exa. não estará presente na próxima legislatura.

A Assembléia mais o Paraná perde pela sua não presença aqui, pela retidão, inteligência, capacidade e acima de tudo a sua responsabilidade como homem público.

Aprendi a admirar desde que o conheci nos primeiros mandatos, V. Exa. que é nosso amigo pessoal, particular, temos um carinho enorme por V. Exa. pelo homem público que é.

Devo dizer como Presidente do nosso partido que estamos muito gratos por representar o nosso partido e nos entristece que no ano que vem não estará conosco aqui na Assembléia como Deputado.

Claro que V. Exa. continuará sendo sempre nosso Deputado e se Deus quiser voltará para esta Casa pelas suas qualidades. Todo mundo reconhece.

Outros Deputados também valorosos que não estarão no ano que vem, mas V. Exa., como seu amigo pessoal, muito obrigado pelo que nos ajudou nesta Casa e engrandeceu o nosso partido. Tenha certeza que nós jamais esqueceremos desses momentos que esteve conosco, este tempo todo em nosso partido e aqui na Assembléia. V. Exa. é um elemento valoroso, pessoa que tem aqui o apreço de todos os Deputados e funcionários da Casa. Por isso, peço a Deus que lhe ilumine, pelo valor e acima de tudo pela responsabilidade de V. Exa.

Muito obrigado, conte sempre com este Deputado, com seu amigo Dobrandino.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Quero registrar, teria o aparte do Deputado Ratinho Júnior, Jocelito, Deputado Barbosa Neto, Deputado José Scarpellini, Deputado Caíto, Deputado Nelson Justus e do Edson Strapasson.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que aqueles que aqui continuarem, procurem sempre fazer com que esta Casa possa ser respeitada pela ação, firmeza e coerência. O Parlamento é sem dúvida nenhuma a instância de poder mais importante que temos dentro das três instâncias. É aqui que determinamos a lei e fazemos as coisas acontecerem no campo da fiscalização. A partir do momento em que fomos assumindo o espaço com eficiência e firmeza, com certeza, a política será cada vez melhor.

Quero agradecer a todos pelos apartes concedidos e por aqueles solicitados, infelizmente, minha hora está terminando. Agradecer e pedir que possamos continuar na mesma caminhada de amizade e respeito. Quero agradecer os meus eleitores, companheiros, que me trouxeram por três mandatos, aqui. Agradecer ao meu gabinete, pelo trabalho desses anos todos. Agradecer a minha família que permitiu que, aqui, pudéssemos estar. Agradecer a Deus, sobretudo, por hoje estar aqui. Com a mesma integridade um dia cheguei aqui e saio deixando a relação de muitos amigos e a satisfação de aqui ter passado e ter cumprido uma parte do nosso papel.

Muito obrigado. Que Deus preserve a todos nós!

(Aplausos)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passa-se ao Horário das Lideranças:

PPS.

(Declina)

PFL. Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou encaminhando à Mesa, um pedido de informações na Secretaria de Saúde, onde é que a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná está encaminhando, destinando equipamentos de UTIs, que segundo o secretário Cláudio Xavier, que esteve na cidade de Ponta Grossa, na última semana, anunciou que os equipamentos estão à disposição dos hospitais da cidade de Ponta Grossa e estão eles sendo guardados no Núcleo Regional da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, no município de Ponta Grossa. Estamos encaminhando um pedido de informações, para saber em qual hospital da cidade de Ponta Grossa serão implantados esses leitos de UTI e ao mesmo tempo tentando buscar informação do custeio do Governo do Estado, da Secretaria de Saúde, para que esses leitos possam funcionar, porque os hospitais são particulares e eles não tem a condição de arcar com o custo da utilização desses leitos de UTI. Estou encaminhando esse pedido de informação e espero ver o mais rápido possível funcionando esses treze novos leitos de UTI, que foi anunciado na semana passada, porque será com certeza uma grande ajuda para a saúde dos moradores de Ponta Grossa e também de toda a região dos Campos Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Na Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar de um grande pleito, que toda a agropecuária fazia e que agora vai sinalizar, com toda a certeza, na diminuição em médio prazo do custo dos insumos utilizados, dos defensivos agrícolas nas propriedades rurais deste País. Através do Decreto nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006, alterou-se e criaram-se condições reais para que os insumos, os inseticidas, os herbicidas que são usados na lavoura possam ser fabricados de forma genérica, como é o caso dos produtos genéricos na área da farmácia e agora será também para os produtos da agropecuária que são usados nas plantações. Na prática isso facilitou o registro desses produtos e é uma decisão muito importante para o segmento, porque a produção para a fabricação de produtos genéricos foi amplamente facilitada através desse Decreto e isso vai criar condições para que

o nosso nível de competição com os produtos que produzimos aqui no País seja ainda mais melhorado.

Não tenho dúvidas que já somos competitivos e vamos ser muito mais competitivos. O que ocorria antes deste Decreto, que estava tudo sustado, tudo dependia desses produtos normais que estão no mercado, que se precisa pagar royalties para os fabricantes e agora o Presidente da República baixou esse Decreto nº 5.981, onde facilitou amplamente o registro de produtos genéricos para serem utilizados nas lavouras para baixar o custo de produção. Não tenho dúvidas que isso ajuda o País, cria condições de aumentar nossa competitividade e produzir alimentos com menor custo e com certeza quem ganha com isso será o produtor na ponta, bem como o consumidor e ganha com isso o nível de exportação que o País vai poder impor ainda mais, fornecendo alimentos para o mundo. Espero que cada vez mais esses alimentos sejam acabados, industrializados, porque daí terá mais renda, mais emprego e mais progresso nesta Nação.

Essa é uma medida que no meu ponto de vista, como agricultor, é uma das medidas mais importantes dos últimos vinte anos para a agricultura, porque de fato vai baixar o custo dos insumos agrícolas, como baixou o custo dos produtos das farmácias - o medicamento genérico das farmácias fez com que baixasse amplamente o custo para o consumidor final e não é diferente, a partir dessa medida, para os produtores que usam insumos agrícolas para suas lavouras, porque vai baixar fortemente o preço dos insumos agrícolas e isso vai aumentar a nossa competitividade no mundo afora.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há mais oradores inscritos no Horário da Liderança dos Partidos.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Solicito ao Sr. 1º Secretário a leitura do memorando.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é sobre a Comissão Especial para a escolha de representante ao Tribunal de Contas do Paraná.

(Lê):

COMISSÃO ESPECIAL

Presidente: ÂNGELO VANHONI

Vice-Presidente: FRANCISCO BÜHRER

Relator: ALEXANDRE CURI

Membro: *PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES*

Membro: *LUIZ CARLOS MARTINS*

OITIVAS DO DIA 13 DE DEZEMBRO
Local: Sala de Reuniões da Presidência

HORÁRIO **CANDIDATO**

10h00	<i>Harry Avon</i>
10h15	<i>Antonio R. Hanauer</i>
10h30	<i>Augusto Canto Neto</i>
10h45	<i>Jorge A. de Souza</i>
11h00	<i>Waldemar J. Teodoro</i>
11h15	<i>Hermas Brandão</i>

Sala das Sessões, em 12.12.06.
(a) MESA EXECUTIVA

Será encaminhado à Diretoria Legislativa para os devidos encaminhamentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro, aqui, até por respeito à palavra que eu acho que é o mais importante, quando votamos o aumento dos Procuradores nesta Casa, eu havia feito uma Emenda que garantiria que os Procuradores, cerca de doze Procuradores de Maringá, Ponta Grossa e Londrina, tivessem o mesmo direito que os outros Procuradores. E foi assegurado aqui pelo Governo que esse projeto viria a esta Casa, foi assegurado que nós teríamos a votação desse projeto neste período. E até hoje o projeto não veio a esta Casa.

Eu tenho cobrado o Governo. E quero aqui, Deputado Dobrandino, cobrar V. Exa, porque palavra dada é palavra para ser cumprida, cobrar V. Exa. Sempre fui fiel ao Governo, sempre respeitei o Governo, e o Governo, neste momento, não está respeitando uma palavra dada a este Deputado sobre esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Jocelito, não cabe Pela Ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, eu só estou colocando porque teve uma ordem que palavra é para ser cumprida e não para ser enrolada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, para representar esta Casa de Leis no Ibama, Procuradoria Geral do Incra e Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputa-

dos, em Brasília, nos dias 20 a 22 de dezembro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2825 a 2834, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoioamento dos Srs. Deputados Alexandre Curi, Nereu Moura, Chico Noroeste e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 13 de dezembro, quarta-feira, para a votação das Mensagem nº 067/06 (Projeto de Lei nº 550/06); Mensagem nº 068/06 (Projeto de Lei nº 578/06); Mensagem nº 066/06 (Projeto de Lei nº 546/06); Mensagem nº 065/06 (Projeto de Lei nº 510/05); Mensagem nº 062/06 (Projeto de Lei nº 483/06); Mensagem nº 060/06 (Projeto de Lei nº 481/06); Mensagem nº 055/06 (Projeto de Lei nº 425/06); Mensagem nº 054/06 (Projeto de Lei nº 424/06); Mensagem nº 005/06 (Projeto de Lei nº 003/06) e; Mensagem nº 048/06 (Projeto de Lei nº 363/06), todos de autoria do Poder Executivo. **Recebidos. Protocolem-se. Conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir os requerimentos para deliberação em Plenário.**

Projeto de lei complementar, de autoria dos Deputados Ratinho Júnior, José Domingos Scarpellini, Ademar Traiano e demais Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 781/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 781/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a realização do exame de diagnóstico de retinoblastoma em todas as crianças nascidas nos estabelecimentos que especifica, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/06, de 15/05/06, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 516/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Amélie Boudet - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 516/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Assistencial Amélie Boudet, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Mensageiros da Paz, com sede e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e adjacências segundo os critérios que determina, com sede e foro em Curitiba, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/03, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná das operações de compra de créditos sob qualquer título e empréstimos por parte dos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/03, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/03, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/04, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que assegura a gratuidade nos transportes coletivos urbanos intermunicipais no território do Estado do Paraná aos alunos da rede pública de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 460/04

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 460/04, alterando a redação do artigo 3º, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 673/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Kamal David Curi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que cria a redução noturna do preço da energia elétrica para os avicultores e suinocultores. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera parágrafos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, Lei Instituidora do ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre incentivos fiscais (empresas paranaenses). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o diferimento, a isenção, a redução de base de cálculo, o crédito presumido e a concessão de regime especial de dilação de prazo para pagamento do ICMS, dispensado às operações com gado bovino ou bufalino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2794, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Vereni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 367/06.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/06, objetiva criar, com lotação na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 (um) cargo de provimento em Comissão com a denominação de Coordenador e simbologia DAS-2. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Está em votação o projeto ressaltada a Emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a Emenda. **Aprovada.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que acrescenta alínea no inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580/96. (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que inclui, na Lei nº 11.580/96 (ICMS), vedação de créditos decorrentes de benefícios na origem, sem observância dos critérios legais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Francisco Terasawa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Gava. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/06, que objetiva revogar a Lei nº 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e a de nº 14.999, de 26 de janeiro de 2006. (ICMS). COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 479/06 - MENSAGEM Nº 058/06

Suprime o artigo 2º do Projeto de Lei nº 479/06.

Sala das Sessões, em 12.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Chico Noroeste e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

O teor do artigo 2º do Projeto de Lei nº 479/06 fere o princípio constitucional do direito adquirido e ato jurídico perfeito, razão pela qual deve ser suprimido.

A segurança jurídica dos atos praticados sob os efeitos da Lei nº 13.971, de 26 de dezembro de 2002, e da Lei nº 14.999, de 26 de janeiro de 2006, devem ser preservados.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Bertoldo Klas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/05, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem braille em hotéis, restaurantes e similares. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CDHCD. Aprovado. (Publ. no DA nº 128/06, de 21.11.06, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 536/05**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo dispor acerca da obrigatoriedade quanto a disponibilidade de cardápios na linguagem braille pelos estabelecimentos que dispõe para atendimento às necessidades dos deficientes visuais.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Federal, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; (...)

Pode-se facilmente constatar que se trata de matéria de competência concorrente da União e dos Estados.

Logo, nada há a obstar com relação à legitimidade do proponente.

Fundamentação

A proteção dos direitos e garantias individuais dos portadores de deficiência é albergada pelo texto constitucional pátrio.

O projeto em tela, ao tutelar interesse constitucional, corrobora para com a efetivação de princípios norteadores do ordenamento jurídico nacional.

Constitucionalidade

O projeto de lei sob análise está em conformidade com a boa técnica legislativa e não encontra óbice em relação a seu mérito e tampouco quanto à legitimidade para legislar sobre a matéria que dispõe.

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 536/05.

Sala das Comissões, em 22.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 536/05**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, visa dispor sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem braille em hotéis, restaurantes e similares.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA
E DA DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 536/05**

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatorie-

dade de cardápio em linguagem braille em hotéis, restaurantes e similares.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei em análise é de grande alcance social, para oferecer ao deficiente visual o direito de acesso à informação, quando for a um restaurante ou hospedar-se em um hotel, não encontre maiores dificuldades, podendo ter acesso a um cardápio em linguagem braille.

Isto posto, opinamos pela aprovação, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 536/05.

Sala das Comissões, em 22.11.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/05, de autoria do Deputado Ademar Traiano, as emissoras de rádio e televisão abertas ficam obrigadas a veicular, durante a sua programação, informações a elas transmitidas pelas Polícias Civil e Militar a respeito de crianças seqüestradas, possibilitando a rápida disseminação da notícia e a localização da criança que se encontra em perigo atual. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. (Publ. no DA nº 096/05, de 14.09.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 558/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, tem como objetivo dispor acerca da obrigatoriedade de veiculação por emissoras de TV e rádio, a título de Utilidade Pública, informações sobre crianças seqüestradas, nos moldes que especifica.

A medida não está entre aquelas cuja competência seja privativa da União, constantes do artigo 22 da Constituição Federal, e, considerando que a disposição do artigo 25, parágrafo 1º, possibilita aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal, pode ser considerado em condições de andamento.

Abstraindo do mérito que deve ser apreciado por quem de direito e conhecimento na área de segurança, apenas sob o ponto de vista da CCJ, opino pela regular tramitação do presente.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 558/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Ademar Traiano o presente plano de lei objetiva obrigar as emissoras de rádio e

televisão abertas a veicular, durante a sua programação, informações a elas transmitidas pelas polícias civil e militar a respeito de crianças seqüestradas, possibilitando a rápida disseminação da notícia e a localização da criança que se encontra em perigo atual.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu Parecer Favorável. Chamada esta Comissão de Segurança Pública a opinar, conclui que:

O projeto de lei visa estabelecer uma parceria estratégica entre o Poder Público e a comunidade, intermediada pelos meios de comunicação, rádio e televisão, que estarão prestando a comunidade um serviço de utilidade pública de grande relevância.

Os meios de comunicação, são de fundamental importância na divulgação das notícias, auxiliando no combate ao crime em nosso Estado.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 558/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Pela Ordem)**
Eu voto contra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**
Será feita a verificação de votação.
Trinta Deputados favoráveis.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Sr. Presidente, quero fazer o registro aqui dos Deputados que estão votando a favor desse projeto, pela questão da legalidade. Volto a dizer, o mérito em nenhuma emissora de rádio deixa de ajudar em momento nenhum. Todas as emissoras de rádio têm ajudado e muito. Essa Casa está aprovando algo ilegal.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**
Cinco contra.
Está aprovado.

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 751/05, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Ministro da Educação Fernando Haddad. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 133/05, de 29.11.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 751/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Ministro da Educação Fernando Haddad.

Fundamentação

Determina o artigo 1º da Lei 13.115/01:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

VI - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Em uma primeira análise, esses requisitos foram preenchidos. Dispõe ainda, em seu artigo 2º, *caput* e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677/05, o seguinte requisito para a concessão do título:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislação;

O limite do partido do ilustre Parlamentar, autor do projeto, ainda não foi atingido, sendo esse o 6º (sexto) projeto apresentado a essa Casa pelo seu partido. Não há, portanto, óbice ao projeto.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em de parecer, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Solicito ao 1º Secretário Carlos Simões que proceda a Chamada Nominal.

O projeto concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Ministro da Educação Fernando Adarte.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Seria possível que o autor falasse um pouco sobre essa pessoa?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Hermes Fonseca está representando a Casa. Ele está presidindo hoje, em Brasília, o Bloco Parlamentar do Mercosul. Há uma justificativa, ele está representando a Casa.

Os Deputados favoráveis, SIM e os contrários, NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhar, o Projeto de Lei nº 558/05, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Volto a repetir a esta Assembléia que este projeto é inconstitucional, não sei como esse projeto passou na CCJ. A Assembléia está aprovando um projeto que não é constitucional. Não compete a essa Casa, legislar em matéria a nível nacional sobre telecomunicações. A CCJ não podia ter aprovado esse projeto e mandado aqui para o Plenário. Peço aos companheiros para não envergonharem essa Casa, que nós votamos contra esse projeto, porque nenhuma emissora de rádio pode ser obrigada, porque existe uma legislação em andamento a nível federal. E a CCJ quando quer, faz a coisa, e quando não quer derruba os projetos dos Deputados. Esse projeto é inconstitucional de acordo com legislação do Departamento de Comunicação que pode determinar. Esse projeto é inconstitucional.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, às vezes aqui na Casa em função do mérito do projeto, que o mérito é excepcional, é importante na medida em que trata rapidamente os veículos de comunicação serem utilizados para transmitir informações de crianças seqüestradas ou desaparecidas. Mas, os veículos de comunicação já fazem isso com muita eficiência, basta encaminhar rapidamente à Polícia Civil, à Polícia Militar ou mesmo qualquer pessoa, instituição ou ONG, que encaminhe para os veículos de comunicação para anunciar o sequestro ou o desaparecimento de crianças, isso é feito rapidamente. Eu também, quando vi o projeto, apesar de a CCJ ter dado parecer favorável, não compete mesmo a nós obrigarmos as emissoras de rádio e televisão a mudarem a sua programação. Nós não estamos discutindo hoje o mérito. Hoje nós estamos discutindo a legalidade e a constitucionalidade. Me parece que nós não temos competência para legislar sobre essa questão e, sim, é uma responsabilidade federal.

Portanto, acho que o companheiro Jocelito Canto tem razão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Aprovado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Prossegue à chamada nominal dos Srs. Deputados**);

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Justificativa**)
Voto Não! Quero ter cautela porque nós aqui já aprovamos Título de Cidadão Honorário para o Ministro José Dirceu e depois muitos se arrependeram. Por essa razão que a votação deveria ser secreta, não quero colocar aqui em julgamento o trabalho do Ministro. Espero que o Ministro exerça a sua função e faça um bom mandato. Mas até o presente momento eu não apoio o Título de Cidadão Honorário.

Muito obrigado!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Prossegue à chamada nominal**)
Quarenta e um SIM.
Um voto NÃO.
Uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Está **aprovado** o projeto!

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/06, de autoria dos Deputados Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dante Mendonça. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 037/06, de 26/04/06, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 216/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo conceder o título de Cidadão Honorário ao Sr. Dante Mendonça.

Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/01, a respeito do Título de Cidadão Honorário:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 216/06, de iniciativa do Deputado Edson Praczyk.

Sala das Comissões, em 06.12.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT) (**Para Encaminhar**)
Gostaria de pedir o apoio a concessão desse Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dante Mendonça que é o jornalista, chargista, colunista sobejamente conhecido aqui nos meios jornalísticos de Curitiba e do Paraná, pelo seu brilhante trabalho; Ele que está radicado aqui em Curitiba - ele é catarinense - há 136 anos, cujo trabalho dá brilho ao jornalismo, não só de Curitiba, mas também do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Antes da chamada nominal a pedido do Deputado Marcos Isfer, queremos registrar a presença do futuro Deputado Estadual eleito Douglas Fabrício, de Campo Mourão. Essa Casa dá as boas-vindas ao futuro Deputado. Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Quarenta e três (43) Srs. Deputados responderam à chamada nominal, votando SIM. **Aprovado**.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, ao município de Carambeí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado**. (**Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 411/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, do imóvel que especifica, ao Município de Carambeí.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Comissão Estadual, nos seus artigos 65 e 10.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo único. a alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento em caráter social.”

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 411/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 411/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, do imóvel que especifica, ao Município de Carambeí.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, a proposta visa atender os interesses da comunidade do Bairro Boqueirão.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 411/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2787, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2788, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2791, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2792, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2793, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2795, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº s 2796 e 2797, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº s 2799 e 2836, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº s 2800 e 2801, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2802, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2805, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2806, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nº s 2807 a 2824, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2835, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

Antes de encerrarmos a Sessão convidamos os Srs. Parlamentares: o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão, tem a honra de convidar para assistir a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, a realizar-se às dezoito horas do dia 12 de dezembro de 2006 no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA****EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 376 e 427/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 536, 558, 751/05; 216, 411 e 483/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 174, 236, 311, 363, 383 e 424/06; do Projeto de Lei Complementar nº 425/06 e dos de Lei nºs 481, 510, 533, 536, 542, 543, 546, 549, 550, 551, 552, 556, 557, 559, 569 e 578/06 e do Projeto de Resolução nº 019/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 051, 054, 076 e 089/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 029/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Ata de Comissão****Tomada de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 11h, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua nona Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 090/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos passando a palavra o Sr. Deputado Marcos Isfer, Relator da Proposição nº 090/06, que encaminha a prestação de contas do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de novembro e dezembro de 2006, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14. Após análise dos documentos anexados à proposição, constatou que o todo encontra-se de acordo com a legislação em vigor, dando Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os presentes, uma vez que as contas estão dentro das normas, e atendem a regulamentação vigente. O Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Reginal Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

